

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
PARA O DESENVONVIMENTO RURAL

ROSALETE DEBASTIANI

DEMANDA E EXPECTATIVAS DO PROGRAMA PRONAF MAIS
ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE MARAU RS

CAMARGO
2011

ROSALETE DEBASTIANI
DEMANDA E EXPECTATIVAS DO PROGRAMA PRONAF MAIS ALIMENTOS NO
MUNICÍPIO DE MARAU RS

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção da Graduação em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, sob orientação do professor Dr. Marcelo Antônio Conterato.

ROSALETE DEBASTIANI
DEMANDA E EXPECTATIVAS DO PROGRAMA PRONAF MAIS ALIMENTOS NO
MUNICÍPIO DE MARAU RS

CONCEITO FINAL:

APROVADO EM _____ / _____ / _____

PROFESSOR ORIENTADOR

Orientador- Prof. Marcelo Antônio Conterato

Prof. Leonardo Xavier da Silva

Prof. Chaiane Leal Agne

AGRADECIMENTOS

Aos professores e tutores da UFRGS pela presença e acompanhamento durante todo o curso de graduação. Ao professor Orientador Marcelo Antônio Conterato, aos tutores que com paciência e sabedoria mostraram-me o caminho para a realização das etapas deste trabalho de conclusão do curso de graduação.

Aos funcionários do Banco do Brasil S.A., do Banrisul -Agências de Marau RS, por ter disponibilizado informações para a realização dessa pesquisa.

Ao técnico Jordano Girardi e à funcionária Sandra da EMATER pelo empenho e informações prestadas, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marau, aos agricultores familiares que participaram deste trabalho através de suas informações, sendo estas fundamentais para a elaboração desse trabalho.

Aos meus pais Luciano e Graciema, à minha família, pelo incentivo e compreensão e que compartilham mais esta conquista pessoal e profissional.

E, por fim, agradeço as tutoras do Pólo de Camargo, a todos os colegas e pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para a realização desse trabalho.

DEBASTIANI, Rosalete. Demanda e expectativas do Programa Pronaf Mais Alimentos no município de Marau- RS. Camargo, 2011.

RESUMO

Tendo por objetivo investigar como o Programa Pronaf Mais Alimentos atende às demandas dos agricultores familiares no município de Marau RS. Desta forma procurou-se identificar de que forma o Programa Pronaf Mais Alimentos influencia na renda dos agricultores familiares e identificar as organizações que viabilizam o acesso ao Programa Mais Alimentos pelos agricultores familiares no Município. Fez-se um estudo exploratório de cunho bibliográfico, de campo, através de questionário semi-estruturado para as instituições bancárias, EMATER, Sindicato de Trabalhadores Rurais e agricultores familiares. A análise dos dados foi qualitativa. O estudo foi dividido em cinco partes: introdutória, revisão bibliográfica, aspectos históricos e socioeconômicos do município de Marau, a metodologia e, por fim, os resultados e a análise dos mesmos e as considerações finais. O estudo demonstrou que o Pronaf Mais Alimentos atende a demanda e as expectativas dos agricultores de Marau devido ao grande aumento de acesso de contratos e dos recursos disponibilizados. Permite a reestruturação das propriedades com novas tecnologias que facilitam o trabalho e evitam o desperdício de tempo e produtos. Além disso, os agricultores tornam-se mais competitivos.

Palavras-chave: Agricultura Familiar ,Políticas Públicas, Pronaf Mais Alimentos

DEBASTIANI, Rosalete. Demand and expectations Pronaf More Food Program in the city Marau- RS. Camargo, 2011.

ABSTRACT

The objective is investigate how the program Pronaf More Food meets the demands of family farmers in the municipality of Marau RS. Thus it was sought to identify how the program Pronaf More Food influences the income of farmers and to identify the organizations that enable access to More Food Program for farmers in the county. Was made an exploratory study based on bibliography of the field through semi-structured questionnaire for banking institutions, EMATER, Union of Rural Workers and farmers. Data analysis was qualitative. The study was divided into five parts: introduction, literature review, historical and socio-economic aspects of the city of Marau, the methodology and finally the results and their analysis, and the final considerations. The study showed that Pronaf More Food attends the demands and expectations of farmers of Marau due to the large increase access contracts and of the resources provided. It allows the restructuration of the properties with new technologies that facilitate work and avoid wasting time and products. Furthermore, farmers become more competitive.

Keywords: Family Farming, Public Politics, Pronaf More Food

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BANRISUL: Banco do Estado do Rio Grande do Sul

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Social

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

DAP: Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAMURS: Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul

FEE: Fundação de Economia e Estatística

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar

STTR: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marau

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Mapa do município de Marau no Estado.....	28
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Brasil-Crédito Rural do PRONAF- Contratos e montante por ano agrícola.	21
Tabela 2: Região Sul do Brasil- Fonte, número de contratos e montante no ano de 2011 até 30 de abril.	22
Tabela 3: Rio Grande do Sul-Brasil- Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas por números de contrato e montante por finalidade em 2010	23
Tabela 4: RS- Brasil- Crédito a comercialização para produtores e cooperativas por finalidade, contrato e montante.	24
Tabela 5: Produção da Pecuária Municipal em 2009-Marau	30
Tabela 6: Distribuição da população urbana de Marau.	30
Tabela 7: Marau RS - Financiamentos rurais concedidos a produtores rurais e cooperativas. Por ano, atividade agrícola, finalidade de custeio, contratos e montante (R\$).....	35
Tabela 8: Marau RS- Financiamentos rurais concedidos a produtores rurais e cooperativas. Por ano, finalidade para pecuária custeio, contratos e montante.....	36
Tabela 9: Marau RS- Financiamentos rurais concedidos a produtores rurais e cooperativas. Por ano/atividade, finalidade, contrato e montante	36
Tabela 10: Marau RS- Financiamentos rurais concedidos a produtores rurais e cooperativas. Por ano, atividade, finalidade, contratos e montante.....	38
Tabela 11: Marau RS- Financiamentos rurais concedidos a produtores rurais e cooperativas- por ano, atividade, finalidade, contratos e montante.	39
Tabela 12: BB - Agência de Marau. Por ano, contrato e valor.....	40
Tabela 13: Marau RS- Pronaf Mais Alimentos por quantidade e finalidade em 2009.....	42
Tabela 14: Marau RS - Caminhões trator tipo veículo por ano e quantidade	43
Tabela 15: Marau RS- Pronaf Mais Alimentos por quantidade e finalidade (2010).....	44
Tabela 16: EMATER-Marau RS. Ano, linha de crédito e contratos	48
Tabela 17: Resultados do questionário da entrevista com agricultores-Marau RS	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DESENVOLVIMENTO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, AGRICULTURA FAMILIAR	15
2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR.....	15
2.2 DISTRIBUIÇÃO DO PRONAF NO BRASIL	20
3 ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE MARAU	26
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS.....	26
3.2 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA	27
3.3 ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE MARAU	29
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	32
5 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONTRATOS DO PRONAF EM MARAU	35
5.1 PRONAF MAIS ALIMENTOS: DEMANDAS E EXPECTATIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	40
5.2 ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM PARA O ACESSO AO PROGRAMA MAIS ALIMENTOS	46
5.2.1 Instituições financeiras de Marau	46
5.2.2 Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Marau	49
5.2.3 A atuação da EMATER de Marau RS	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE A	64
APÊNDICE B	65
APÊNDICE C	66

1 INTRODUÇÃO

A década de 90 foi marcada por mudanças no setor agropecuário em decorrência do contexto macroeconômico e da reforma do Estado. Além disso, a abertura da economia, em especial ao setor agropecuário, permitiu a ampliação da concorrência e incentivou as inovações tecnológicas no campo.

A partir de 1996, foi implantado o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Nos anos seguintes, o Pronaf foi sendo implementado com novas linhas de crédito e maior volume de recursos. Atua com linhas de crédito rural, infra-estrutura e serviços aos municípios, assistência técnica e extensão rural, capacitação e pesquisa, conforme a necessidade do agricultor familiar. As linhas de crédito rural são diferenciadas em custeio e investimento para os agricultores familiares.

A Secretaria de Agricultura Familiar (2010) separa os agricultores em três grupos: 1) os que estão inseridos no campo de atividades econômicas integradas ao mercado, classificados como capitalizados; 2) os descapitalizados ou em transição, mas com algum nível de produção destinada ao mercado; 3) os residentes no espaço rural, assalariados agrícolas e não agrícolas, com produção agropecuária voltada quase que exclusivamente ao auto-consumo. O Pronaf destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no Pronaf.

De acordo com o BACEN(2007), o PRONAF atingiu em 2007 mais de um milhão e novecentos mil contratos. Estima-se o valor médio das operações em R\$ 3.765,72. Apesar dos avanços das políticas públicas para o setor agropecuário, Colle (2008) destaca a importância de avanços efetivos no seguro rural e na renda do produtor porque muitos agricultores ainda encontram dificuldades de agregar renda a Unidade de Produção Agrícola.

Conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as exportações brasileiras no valor dos produtos do agronegócio cresceram 18,2%, no período de 2006 para 2007. Esse crescimento atingiu em 2007, o total de R\$ 58,4 bilhões (MAPA, 2008a). Analisando os dados dos censos agropecuários de 1996 e 2006, observa-se que no estado do Rio Grande do Sul houve uma ampliação da área de cultivo de 45% na agricultura.

Conforme a Fundação de Economia e Estatística (FEE) (2010), o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do RS cresceu no último ano, destacando a agricultura que teve um

crescimento de 10,9%. Destaca que a cultura da soja teve um crescimento de 29,1% da quantidade produzida e o milho com 31,7%.

No município de Marau, segundo o IBGE (2008), em 2007, a área plantada de soja foi de 33.500 hectares. Esta área foi ampliada considerando os dados fornecidos pela EMATER (2011) de Marau sobre a área de plantio de soja na safra 2000/2001 que foi de 25000 hectares. Além disso, observa-se o aumento da produtividade do cultivo da soja e de outros produtos, acelerando as diversas atividades econômicas agrícolas. Esses fatores associados contribuem para o crescimento do PIBpm (PIB municipal) que, em 2008, segundo o IBGE(2010), foi de R\$ 1.107.506,00 e o PIB per capita, em 2008 de R\$ 30.850,00.

Outro fator que merece destaque são os dados divulgados pelo IBGE (2006). É que no município de Marau existem 41 unidades de estabelecimentos agropecuários com condição de produtor arrendatário masculino e feminino e 93 unidades com condição de produtor proprietário feminino. Além disso, segundo a EMATER (2010) de Marau, 80% das propriedades rurais do município possuem até 20 hectares.

Analisando os dados do IBGE (2006), naquele ano Marau possuía 1.387 estabelecimentos agropecuários, totalizando uma área de 41.954 hectares. Para produzir nesses estabelecimentos agropecuários, os agricultores familiares utilizam as linhas de crédito rural que são diferenciadas em custeio e investimento para os agricultores familiares. Segundo a EMATER (2011), o Banco do Brasil, Banrisul e Sicredi são as instituições que financiam investimentos e custeio das propriedades na região.

Percebe-se que o Pronaf vem crescendo a cada ano no Brasil e na nossa região. No entanto, para CAZELLA (2002), o Banco do Brasil tem os custos operacionais elevados e pode inviabilizar financeiramente o programa. Além disso, essa agência bancária não tem vocação para atender segmentos mais pobres do meio rural. Esse mesmo autor afirma que o programa seria mais eficiente se a gestão ocorresse no âmbito municipal e com organização de cooperativas de crédito rural.

Em 2008, surgiu o programa Pronaf Mais Alimentos, do Governo Federal. Este programa destina recursos para investimentos e custeio, criando condições para o aumento da produção agropecuária. De acordo com o BACEN (2011), no município de Marau, em 2008, na atividade agrícola em investimento, foram firmados 184 contratos, com um montante de R\$ 6.402.772,34. Os dados do BACEN (2001) apontam que no ano seguinte da implantação do Pronaf Mais Alimentos, nesse mesmo município, ocorreu um aumento significativo de contratos, passando em 2009 para 443 contratos, totalizando R\$ 8.473.997,78. Verifica-se que

o número de contratos representou um aumento maior do que os valores em recursos financeiros.

Diante desse contexto é relevante investigar o seguinte: O Programa Pronaf Mais Alimentos atende às demandas dos agricultores familiares no município de Marau RS?

A agricultura familiar, constituída por pequenos e médios produtores, representa a maioria dos produtores rurais na região. Esses agricultores diversificam os produtos para aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de demanda na economia das cidades brasileiras. Segundo informações colhidas pela EMATER (2010) de Marau, existem 32% de pequenas propriedades rurais que produzem para o mercado interno e externo competindo em qualidade e quantidade encontrando dificuldades para se manterem (descapitalizados).

Para dar mais segurança ao programa PRONAF e às ações efetivas propostas, o governo no Plano Safra de 2010/2011 estabelece que a EMATER, instituições científicas, entre outras, viabilizem, através de projetos, mudanças necessárias para que ocorram formas mais sustentáveis de agricultura familiar e de desenvolvimento rural. Nesse contexto, destaca-se a importância da formação e capacitação de técnicos que possam dar assessoria e compartilhar experiências com os agricultores familiares. Essas formas podem ser construídas a partir de uma realidade local.

No município de Marau, observa-se que existe o engajamento e a participação de instituições locais como a EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, que viabilizam projetos voltados para a agricultura familiar, principalmente para a produção de grãos. Sua relevância deve-se ao fato que no município existem agroindústrias processadoras que geram emprego e renda para cadeias produtivas ligadas ao setor primário.

O objetivo geral deste trabalho é descrever as demandas e expectativas dos agricultores e instituições envolvidas referente ao Pronaf Mais Alimentos no município de Marau RS. Como objetivos específicos, o estudo pretende analisar de que maneira o Programa Pronaf Mais Alimentos atende às demandas de crédito e expectativas quanto às finalidades relacionadas a custeio e investimento dos agricultores familiares na região. Por fim busca-se identificar as organizações que viabilizam o acesso ao Programa Mais Alimentos pelos agricultores familiares no Município.

Em relação às políticas públicas, sabe-se que o PRONAF é um programa de crédito rural que motiva os agricultores familiares à especialização produtiva, em atender ao mercado. No entanto, observa-se que no meio rural da região existe uma parcela de

agricultores descapitalizados e mesmo com linhas de crédito custeio, do PRONAF, não conseguem ser competitivos.

As motivações para a realização deste trabalho são variadas. A primeira está ligada à própria origem social da autora. Filha de agricultores familiares da região e atualmente exercendo a função de professora de História e Geografia, sempre indagou sobre os problemas sociais e econômicos, os sistemas produtivos desenvolvidos, as diferenças espaciais, entre outros fenômenos e processos que envolvem o uso da terra.

O segundo, refere-se à importância econômica e social da agricultura familiar na região de Marau. O programa Pronaf Mais Alimentos beneficia produtores rurais, pessoas físicas enquadradas como agricultores familiares, desde que tenham no mínimo 70% da renda da unidade familiar oriunda das atividades passíveis de financiamento no âmbito desta linha. Segundo a EMATER (2011), na região de Marau, o PRONAF Mais Alimentos financia projetos de investimento para a produção de grãos, como o milho, sorgo, trigo. Além disso, essa linha é utilizada para investimentos na bovinocultura de leite, entre outros itens financiáveis.

O terceiro motivo está relacionado à discussão da sociedade sobre o aumento da produção de alimentos para garantir a soberania alimentar. De acordo com o IBGE (2011), no município de Marau, em 2006, existem 169 unidades de estabelecimentos agropecuários com lavouras permanentes, totalizando uma área de 443 hectares. Além disso, o Censo Agropecuário de 2006 aponta que o município possui 1.228 estabelecimentos agropecuários com lavouras temporárias com área de 35.077 hectares.

Sabe-se que este programa contribui para ampliar a produção de grãos e de alimentos visando à soberania alimentar das pessoas e fortalecendo o agronegócio. Por isso, é relevante analisar como o programa PRONAF Mais Alimentos influencia economicamente no município, seja na geração de renda dos agricultores, ou nas expectativas e demandas dos agricultores. Por fim, cabe salientar que não foram desenvolvidos estudos sobre essa temática para Marau. Por isso, a curiosidade e a necessidade de se abordar o tema.

Apesar do acesso ao crédito ser acessível a muitos agricultores, observa-se que este não atende a todos, principalmente os que possuem pouca área de terra. Além disso, a burocracia, taxas cobradas pelas instituições financeiras são fatores limitantes do Pronaf Mais Alimentos.

Este trabalho estrutura-se em cinco capítulos. O primeiro é composto pela parte introdutória, definição do problema de pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos e a justificativa.

O segundo capítulo apresenta uma revisão sobre o referencial teórico que serviu de base para a discussão deste trabalho, considerando aspectos relacionados ao Programa PRONAF, à agricultura familiar e às políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento rural. No capítulo três, consideram-se os aspectos históricos, caracterização geográfica e aspectos socioeconômicos do município de Marau no Estado do Rio Grande do Sul e breve contextualização regional. No capítulo 4, estão os procedimentos metodológicos e a estruturação do instrumento de pesquisa.

O capítulo 5 apresenta a análise da evolução do Programa Pronaf e Pronaf Mais Alimentos no município de Marau. Este capítulo será subdividido, discutindo cada objetivo específico, ou seja, através da coleta dos dados procura-se fazer a discussão dos resultados. No primeiro sub-capítulo, é identificado de que forma o Programa Pronaf Mais Alimentos atende às demandas e expectativas relacionadas ao crédito custeio e investimentos dos agricultores familiares no município de Marau.

No segundo sub-capítulo, será realizada a identificação das organizações que viabilizam o acesso ao Programa Mais Alimentos pelos agricultores familiares no município. Por fim, serão realizadas as considerações finais sobre o trabalho de pesquisa.

2, DESENVOLVIMENTO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, AGRICULTURA FAMILIAR

Atualmente, existe a discussão sobre a importância da agricultura familiar para o agronegócio e o crescimento econômico do país. Existem vários autores que trabalham os conceitos de desenvolvimento rural, política pública para a agricultura familiar e o próprio conceito de agricultor familiar, que engloba elementos culturais em torno da dinâmica terra, trabalho e família.

Para uma melhor compreensão da temática abordada, devem-se discutir alguns conceitos fundamentais como a agricultura familiar, desenvolvimento rural e a importância das políticas públicas para o meio rural.

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

O desenvolvimento rural é algo complexo. Por isso, para a compreensão da temática adotada nesse trabalho, optamos pela proposta estabelecida por Navarro (2001, p. 88-89). Esse autor propõe que desenvolvimento rural "trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural". Esse mesmo autor destaca que, o Estado nacional – ou seus níveis subnacionais – sempre esteve presente à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural, como seu agente principal, por ser a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor (e impor) mecanismos amplos e deliberados no sentido da mudança social.

Historicamente, o meio rural e o próprio desenvolvimento está atrelado a fatores econômicos, sociais, políticos e culturais de um determinado espaço. Por isso, esse espaço é transformado constantemente, modificando, desta forma, os próprios sistemas produtivos e as relações sociais e econômicas.

O governo brasileiro foi o responsável pelo desenvolvimento de políticas para o setor agropecuário. A profunda transformação ocorrida na agropecuária brasileira principalmente no período que compreende a chamada “modernização agrícola”, contou com a participação ativa do Estado, considerado este como o grande articulador desse processo. A política oficial

relativa ao crédito rural constitui o principal instrumento de política pública, que possibilitou a consolidação do modelo de desenvolvimento adotado na agricultura (CARDOSO, 1994).

Na década de 1970, a região incorpora novas formas de ver o desenvolvimento rural mediante a idéia de modernização expressada pela Revolução Verde, ou seja, pelo processo de padronização da agricultura brasileira. Segundo Fleury (2009), a Revolução Verde expressa o objetivo de adequar a agricultura às necessidades da concepção urbano-industrial de desenvolvimento. Contudo, o desenvolvimento estimulado pela mecanização e quimificação passa a ser questionado e discutido. Nesse contexto surgem novas abordagens sobre o desenvolvimento rural, construindo-se uma nova concepção de desenvolvimento rural sustentável. Kageyama (2008) argumenta que o desenvolvimento rural sustentável deve incluir a natureza e a sociedade, ou seja, o ambiente, como critério de definição.

A agroecologia se liga aos princípios da Economia Solidária como forma de inserção de mercado local e regional, com o objetivo de garantir a soberania alimentar e a equidade social. A Economia Solidária se opõe à massificação do modelo de produção e consumo que concentra o poder e o lucro. Conforme Porto (2008), através da agroecologia ocorre à inserção de comunidades na sociedade local a partir do estabelecimento de relações sociais em uma percepção renovada e integrada na economia local e regional. Hoje existe o intercâmbio de produtos agroecológicos, com base nos princípios da economia solidária. De forma organizada, os grupos integram redes para a comercialização de seus produtos, buscam construir relações justas e solidárias, a partir da valorização do público envolvido.

Atualmente o desenvolvimento rural está associado à agricultura familiar. Conforme Wanderley (1999, p.25):

[...] o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. (VANDERLEY, 1999, p. 25 apud BERTONCELLO; ROSSI; BADALOTTI, 2007).

Analisando as dinâmicas do desenvolvimento rural, Gehlen (2004, p.102) destaca que “no Brasil a noção do desenvolvimento local se fortalece através de políticas públicas, de

organizações locais formais e informais. Suas dinâmicas devem-se às metodologias de inclusão de desenvolvimento econômico e sustentável”.

A exploração do solo é caracterizada pelos aspectos geográficos e pelas iniciativas de implantação de políticas de desenvolvimento locais. Na região em estudo, o município de Marau tem a base da economia no setor agropecuário. Porém, nas últimas duas décadas, vem crescendo o número de indústrias, a prestação de serviços com oportunidades de emprego e renda. Ocorrem ainda investimentos em educação, saúde e em outros setores que permitem melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. Cabe ressaltar que as fábricas causam efeitos multiplicadores diretos e indiretos sobre o emprego e a produção, resultando em mais infraestrutura.

Percebemos que a realidade no município em estudo apresenta limites regionais e locais devido à necessidade de maior integração econômica, do dinamismo tecnológico, entre outros fatores. Para diminuir essas desigualdades, é preciso pensar em integração econômica a todos os agricultores. É preciso buscar um desenvolvimento econômico local e regional, através da sustentabilidade, aliada aos aspectos ambientais, sociais e culturais, pois, cada região contém elementos bióticos e recursos naturais típicos de integração e identidade cultural. Observa-se que um município possui inúmeras potencialidades, inclusive no desenvolvimento do turismo rural/regional. Isso possibilita o intercâmbio de culturas e preserva o patrimônio natural e cultural.

O momento é de reflexão sobre iniciativas de desenvolvimento rural sustentável no município. É necessário discussões e conscientização de pessoas e instituições na busca de uma sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental. Precisa-se de planejamentos corretos e políticas públicas que possibilitam a viabilização efetivo desse modelo de desenvolvimento.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Em 1994, após reivindicações pela reestruturação produtiva e por políticas públicas que atendesse os agricultores familiares, surgiu um conjunto de diretrizes que deveriam nortear as políticas públicas para os diferentes grupos de agricultores familiares. Neste mesmo ano foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP).

Em 1995, o PROVAP foi reformulado dando origem ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar). Em 1996, através do Decreto Federal nº 1.946, de 28/06/1996, este programa foi criado oficialmente. Segundo o Manual do PRONAF (1996), este tem por objetivos contribuir para criar um padrão de desenvolvimento sustentável para agricultores e agricultoras e suas famílias, significando desta forma um aumento e diversificação da produção, gerando aumento do emprego e renda, visando garantir o bem-estar e qualidade de vida das pessoas.

Os autores Cazella, Mattei e Schneider (2004, p.2) ressaltam que a criação do Pronaf foi uma luta de trabalhadores rurais por melhores condições de trabalho do que uma sensibilização do Governo Federal na implantação de políticas públicas para o setor. Enfatizam que, o Pronaf foi formulado como resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o final da década de 80. O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo aliçados das políticas públicas até então existentes e encontravam dificuldades para se manter no meio rural.

A partir de 1996, com a criação do PRONAF, a agricultura familiar ganhou um novo impulso. É essa agricultura familiar que gera emprego e renda no meio urbano e potencializa o desenvolvimento local/regional. Segundo Sabourin (2002, p.13), atualmente existe a formação de redes de pequenas e médias empresas para o desenvolvimento local. Destaca-se que é impossível negar que a agricultura familiar tenha se incorporado de maneira consistente às políticas brasileiras. O progresso no número de beneficiários dos créditos de custeio e investimento e o número significativo de contratos estabelecidos com agricultores de baixa renda anual e sem condições de oferecer garantias e contrapartidas ao sistema bancário, mostra, na prática, que o capital social é um recurso produtivo que pode ser criado pela ação organizada.

Visando ampliar as políticas públicas como o PRONAF, o Governo Federal implantou o Pronaf Mais Alimentos. Esse programa, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2011) conta com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sendo o principal instrumento público de financiamento para investimentos em diferentes setores. O BNDES destaca-se no apoio à agricultura, indústria, infraestrutura, comércio e serviços, oferecendo condições especiais para micro, pequenas e médias empresas. O BNDES vem implementando linhas de investimentos sociais, inclusive agricultura familiar. O apoio do BNDES se dá por meio de financiamentos a projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços. Além

disso, o Banco atua no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e destina financiamentos não reembolsáveis a projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico.

Atualmente, o Brasil é um dos maiores países produtores e exportadores de produtos agropecuários, e as políticas públicas, para o setor, são fundamentais para garantir o crescimento econômico do país. Além disso, o agronegócio fomenta a economia, principalmente na região Sul. Por isso, a

[...] modernização agrícola torna o país mais competitivo. Por outro lado, observa-se que os agricultores inserem-se nos mercados com o objetivo de vender sua produção e obter lucro. Geralmente os mercados são concorrenciais, ou seja, os agricultores enfrentam concorrência de diversas formas. Em primeiro lugar concorrem com agricultores da mesma região ou de outras regiões produtoras. Além disso, enfrentam o poder de negociação de seus compradores e fornecedores”. (PORTER, 1996, apud WAQUIL; MIELE; SCHULTZ, 2010, p.16).

A organização produtiva do meio rural e o urbano interagem. Por isso, as políticas públicas, como o PRONAF, contemplam pequenas agroindústrias, gerando emprego e renda para as famílias. Nesse caso, a dinâmica de produção local articula-se com fatores externos e que segundo Tedesco (1999, p. 304), trata-se “em sistema produtivo local, em integração parcializada, em descentralização comercial”.

O processo de modernização da agricultura provocou mudanças no modo de produção agrícola, reforçando o poder dos grandes conglomerados econômicos. Esses conglomerados econômicos passaram a determinar o que produzir e a quantidade a ser produzida, através da integração empresa-produtores agrícolas. Essa relação provoca a perda da autonomia do produtor e a subordinação do trabalhador rural à empresa integradora. Nesse processo, muitos agricultores acabam sendo excluídos. Ao discutir as políticas públicas para o setor rural, Denardi (2002, p.18), destaca que os planos e as políticas para a agricultura familiar devem englobar as políticas de mercado, as políticas estruturais e as ações de apoio as políticas sociais. Somente assim ocorrerá o acesso às famílias mais marginalizadas e uma maior distribuição de recursos e equidade social.

Devido à competitividade do mercado e a marginalização de agricultores familiares, é possível desenvolver políticas públicas com alternativas mais viáveis e sustentáveis no meio rural. Segundo Porto (2008), a constituição dos circuitos alternativos como a adoção de práticas ecológicas na economia da agricultura familiar, deve ser realizada por dinâmicas que

assegurem autonomia às organizações sociais e que permitem estabelecer estratégias equitativas para a construção de um mundo melhor-ético, humano, democrático ambientalmente sustentável e economicamente descentralizado. Estratégias e alternativas construídas pela experimentação, pelo processo de conquista e de conhecimento técnico e empírico a partir de sua inserção no mercado.

O governo brasileiro tem ampliado as políticas públicas, visando o fortalecimento dos agricultores familiares através da inserção a novos mercados e garantir a soberania alimentar das pessoas. Por isso, criou o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Desta forma, os produtores familiares podem integrar-se ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). De acordo com o MDA (2011) esses agricultores familiares receberão mais incentivo para a venda de sua produção. O governo através do PAA garante a compra de produtos e faz a distribuição destes alimentos a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Os autores Triches e Schneider (2010) destacam que as “aquisições públicas alimentares para o Programa de Alimentação Escolar (PAE) surgem como potenciais reintegradores desses componentes, tendo condições de auxiliar no enfrentamento das problemáticas referentes ao consumo e à produção de alimentos. Por um lado, integram políticas de direito à alimentação, relacionadas à saúde e à nutrição da população de escolares e, por outro, criam mercados para os agricultores familiares onde não existiam ou eram muito débeis”.

Observa-se que as políticas públicas para o campo, como o PRONAF, ainda merecem ser ampliadas e discutidas na sociedade por diferentes setores da sociedade devido a sua relevância econômica e social. Mesmo com os avanços dos últimos anos do Pronaf, ainda tem muitas famílias que não são atendidas, o que leva o Governo a elaborar novos planos, contemplando as famílias que são excluídas dessa política pública.

2.2 DISTRIBUIÇÃO DO PRONAF NO BRASIL

Para atender os propósitos para o qual foi criado, o Governo buscou a implementação e ampliação do PRONAF ao longo dos anos seguintes. Segundo o MDA/SAF (Ministério de Desenvolvimento Agrário e Secretaria da Agricultura Familiar), as contratações do Crédito-

Pronaf apresentam crescimento sustentado ao longo dos anos. Em 1995/1996 foram realizados 32.000 contratos e em 2002/2003 foram realizados 901.337 contratos entre custeio e investimentos. Esse órgão aponta que a ampliação de municípios atendidos continuou em cada ano agrícola e o montante disponibilizado aos agricultores também cresceu consideravelmente nos últimos anos. A ampliação e implementação das linhas de crédito do PRONAF, como o Pronaf Mais Alimentos, demonstram que o ano agrícola 2008/2009 teve um total de montante superior ao ano anterior e o seguinte, ocorrendo uma variação no percentual de contratos, conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Brasil-Crédito Rural do PRONAF- Contratos e montante por ano agrícola.

Ano	Contratos	Montante (R\$1,00)
2007/2008	1.649.063	9.074.785.135,73
2008/2009	1.443.218	10.791.907.306,56
2009/2010	1.115.691	7.821.233.493,00

Fonte: BACEN

Em relação aos estabelecimentos agropecuários e à agricultura familiar no Brasil, Balestrin(2010) comparou o censo agropecuário de 1995/95 com o censo agropecuário de 2006, relatando dados sobre o Pronaf. Esse autor destaca que no “censo agropecuário de 2006 a agricultura familiar representa 50% dos produtos que compõem a cesta básica alimentar da família brasileira, produzindo 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 16% da soja, 50% das aves e 30% dos bovinos consumidos” (BALESTRIN, 2010, p.16). Ainda ressalta que a área destinada à agricultura familiar é inferior a 25% da área total cultivada no Brasil.

Devido à importância da agricultura familiar para a produção de alimentos, o Governo vem ampliando as linhas do Pronaf, como por exemplo, o Pronaf Mais Alimentos. Os dados do BACEN (2011) demonstram que nos primeiros quatro meses deste ano ocorreu uma procura significativa para custeio e investimentos, totalizando 263.393 contratos e um montante de R\$ 1.879.899.286,87.

De acordo com o MDA (1996), o crédito – Pronaf é operacionalizado pelos agentes financeiros que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e são agrupados em básicos Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e vinculados ao BNDES, Bansicredi, entre outros.

Conforme o Anuário do Crédito Rural (2011) podemos observar que na Região Sul a fonte dos recursos é destinada pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), MCR(Manual

do Crédito Rural) , Poupança Rural e RTN (Recursos do Tesouro Nacional), conforme a tabela a seguir:

Tabela 2: Região Sul do Brasil- Fonte, número de contratos e montante no ano de 2011 até 30 de abril.

Fonte	Contratos	Montante(1,00)
FAT	2.505	116.171.183,93
MCR	674	9.754.656,49
P.RURAL	11.302	245.755.236,96
RTN	240	1.870.977,30
TOTAL	14.721	373.552.054,68

Fonte: BACEN(adaptado)

Conforme dados do BACEN (2010), o PRONAF no Rio Grande do Sul atingiu, em 2010, na atividade agrícola 382.144 contratos e na pecuária 103.930. Esses dados demonstram que o Estado gaúcho absorve recursos do programa, atendendo de certa forma a demanda dos agricultores familiares.

Lançado pelo MDA em 2008, o Pronaf Mais Alimentos destina recursos para investimentos em infraestrutura da propriedade rural e, assim, cria as condições necessárias para o aumento da produção e da produtividade da agricultura familiar. Conforme o Plano Safra 2010/2011 do Governo Federal, o limite de crédito é de R\$ 130 mil, que podem ser pagos em até dez anos, com até três anos de carência e juro de 2% ao ano.

De acordo com o MDA (2008), o Mais Alimentos é uma ação estruturante que permite ao agricultor familiar investir em modernização e aquisição de máquinas e de novos equipamentos, correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares, estufas e armazenagem.

As diferentes linhas de crédito disponibilizadas pelo programa PRONAF permite que o agricultor acesse essas linhas visando a melhoria da propriedade, aumento e diversificação dos produtos e a modernização das máquinas e equipamentos, conforme demonstra os dados do BACEN 2010

Tabela 3: Rio Grande do Sul-Brasil- Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas por números de contrato e montante por finalidade em 2010

Atividade	Contratos Custeio	Montante (R\$ 1,00)	Contrato investimento	Montante(R\$1,00)
Agrícola	3.22.349	5.496.987.355,85	41.917	1.972.704.443,53
Pecuária	65.473	1.600.892.718,98	31.376	816.682.780,35
Total	387.822	7.097.880.074,83	73.293	2.789.387.223,88

Fonte: BACEN(adaptado)

Os dados do Banco Central apontam para os financiamentos rurais concedidos no país por Unidade de Federação. No Rio Grande do Sul, os dados demonstram que nos primeiros quatro meses de 2011 foram realizados 15.423. Nesse período, ocorreu o maior número de contratos para o custeio pecuária.

Conforme o MDA (2010), a partir do Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011, os agricultores familiares podem contar com seguro de clima para as operações de investimento. É uma modalidade do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF). De acordo com o Plano Safra da agricultura Familiar 2010/2011, o agricultor que tem operações de investimento e realiza o plantio de culturas que se enquadram no SEAF pode segurar o valor das prestações de investimento com o pagamento de um adicional de apenas 2% sobre o valor das prestações. A adesão ao seguro de investimento é opcional. Porém, percebe-se que o SEAF confere ao agricultor mais uma opção de segurança para investir em sua propriedade.

Outro aspecto observado no Plano Safra deste período é a ampliação das culturas seguradas pelo SEAF que tem o seguro para custeio e, se desejar, dos investimentos. O número de contratos foi significativo. De acordo com o BACEN (2011) o Crédito Rural por regiões brasileiras demonstrou que a região sudeste possui o maior número de contratos para custeio, somando 22.825 contratos, seguido pelas Regiões Sul, com 14.080 contratos e Nordeste, com 18.031 contratos. Mesmo em segundo lugar em termos de contratos, a Região Sul apresenta o maior volume de recursos financiados. Em relação aos totais de investimentos, observa-se que o Nordeste se destaca na totalidade de contratos. Em segundo lugar, fica a Região Sudeste, e o Sul apresenta o terceiro lugar. Mais uma vez, a Região Sul apresenta o maior volume de recursos. Isso pode ser explicado pela estrutura fundiária e pelo agronegócio.

A ampliação e modernização das políticas públicas para o setor agropecuário é fundamental para garantir a renda dos agricultores. A política de garantia dos preços mínimos

é fundamental para os agricultores familiares que aderiram ao Programa Pronaf Mais Alimentos porque toda vez que o preço de mercado ficar abaixo do custo de produção, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) concede um bônus igual a essa diferença no pagamento de financiamentos de custeio e investimento do Pronaf.

De acordo com Waquil et al (2010, p. 49):

[...] a intervenção governamental nos mercados pode ocorrer por diversas razões, mas a principal talvez seja a garantia de segurança alimentar da população. Essa garantia não depende apenas das políticas de fomento a produção agrícola, mas também da estabilização dos fluxos e da garantia do acesso da população aos alimentos. Assim, a segurança alimentar pode ser influenciada pelas condições de infra-estrutura, pelas políticas de apoio a comercialização agrícola, pelas políticas de geração de emprego e renda, além das políticas macroeconômicas e das estratégias de desenvolvimento como um todo” (WAQUIL; MIELE; SCHULTZ, 2010, p.49).

De acordo com o BACEN (2010), o Rio Grande do Sul, em 2010, destaca-se pelo crédito e comercialização para produtores e cooperativas, apresentando os seguintes resultados de operações.

Tabela 4: RS- Brasil- Crédito a comercialização para produtores e cooperativas por finalidade, contrato e montante.

Atividade	Contrato	Montante (R\$1,00)
Agrícola	17.878	3.255.850.818,85
Pecuária	7.081	459.220.856,01
Total	24.959	3.715.071.674,86

Fonte: BACEN (adaptado)

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011, destaca que a agricultura familiar passa a contar com 20% dos recursos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Ressalta que essa política é operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), possibilitando a compra de excedentes de produção, reduzindo a oscilação de preços, tendo por base os preços mínimos.

As políticas públicas como o PRONAF de apoio à agricultura familiar estabelecidas pelo Governo Federal, que visa o fortalecimento da agricultura familiar, apresenta controvérsias, pois segundo Talamini e Montoya (2002, p.50), a região da produção, no RS, formada por mini, pequenas e médias propriedades rurais, a cada ano vêm reduzindo essas propriedades. Percebe-se que a concentração de terras no Brasil é fato histórico. Porém, as

políticas públicas estabelecidas para essas propriedades ainda não contemplam as necessidades das famílias inseridas nessa esfera, pois o sistema econômico capitalista impõe “certas regras” e essas propriedades acabam sendo excluídas. Percebe-se que não é possível dissociar desenvolvimento rural, políticas públicas de agricultura familiar e agricultores familiares porque ambos devem se relacionar no aspecto econômico e também nas suas relações sociais e culturais.

Balestrin (2010) analisou a distribuição entre a produção familiar e produção patronal no Brasil e verificou que os estabelecimentos rurais onde a produção se dá na forma familiar são de 84,4% das propriedades rurais, correspondendo um total de 4.367.902 estabelecimentos com 24,32% da área total, correspondente a 80.250.453 hectares (BALESTRIN, 2010, p.17). No Brasil, a área de terra considerada agricultura familiar não pode exceder a quatro módulos. No município de Marau, um módulo rural é de 20 hectares. Portanto, o agricultor familiar do município para aderir ao Pronaf Mais Alimentos deverá ter no máximo 80 hectares de terra.

3 ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE MARAU

O município de Marau possui características históricas, socioeconômicas específicas. Por isso, descreve-se a seguir uma breve caracterização da região pesquisada para este estudo.

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Em decorrência dos conflitos econômicos, políticos e sociais enfrentados pela Itália, após a sua unificação em 1870, intensifica-se a emigração de italianos, principalmente para o Brasil.

No Rio Grande do Sul, segundo Vannini (2004, p.73),

Desde 1824, o RS conheceu um processo de ocupação de terras devolutas inservíveis ao latifúndio por pequenos camponeses proprietários chegados, inicialmente dos estados germânicos. Além de produzirem gêneros alimentícios para os centros urbanos emergentes, as pequenas propriedades policultoras incrementavam as receitas tributárias do estado. O RS no início do século XIX, apresentava um período de ligada especialmente às atividades agropecuárias e as charqueadas.

Nas décadas seguintes, desenvolveu-se a ocupação de outras regiões com o estímulo do governo da província articulando o povoamento e as atividades econômicas. Foi neste contexto que ocorreu a colonização dos imigrantes italianos na região.

Marau tem ainda hoje a predominância de imigrantes italianos que segundo Bernardi (1992) aqui começou a chegar em 1904, iniciando o desenvolvimento comercial e industrial.

Atualmente, a cidade possui áreas definidas para as atividades industriais, embora algumas indústrias existentes encontram-se distribuídas na área urbana. Merece destaque a construção civil, a prestação de serviços e o comércio.

Segundo o IBGE (2010), em 2008 existiam 1.741 empresas atuantes. Além disso, o censo aponta que neste ano havia 15.141 de pessoal ocupado. Isso demonstra que o município possui uma infra-estrutura que vem se modernizando e adequando-se ao crescimento populacional. Conta com inúmeras entidades de classe e clubes de serviços. Além disso,

ocorrem investimentos nas áreas de saúde, educação, comunicação, transporte, gastronomia, turismo, entre outras.

A agricultura, na maioria pequenas propriedades rurais, segundo a EMATER (2011) através da mecanização agrícola, se destaca pelo cultivo de soja, milho, trigo e cevada, além do fumo e erva-mate. A região destaca-se também pela avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite.

Em 2009, segundo o IBGE (2010), nas propriedades rurais do município eram ordenhadas 11.522 vacas. A região possui agroindústrias ligadas à atividade leiteira. Por isso, muitos agricultores familiares aderem às políticas públicas, como o Pronaf, para investir no setor.

Marau, desde a sua colonização, se caracteriza pela agricultura familiar. Segundo Bernardi (1992), com a mecanização agrícola, introduzida nos anos 60, ocorreu mudanças significativas nas décadas seguintes. Essas mudanças ocorreram devido à evolução da sociedade ao longo do percurso, inclusive com um processo de urbanização na região, levando a exclusão de agricultores do meio rural.

Conforme o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (2010), na década de 1990 foi o período que ocorreu a consolidação da agricultura familiar como público específico de políticas públicas e de políticas sindicais, devido à importância econômica e social no Brasil. Essas políticas influenciam as diferentes atividades econômicas da região de Marau.

Para os agricultores familiares da região, a terra continua sendo um espaço de trabalho, necessário para a produção e reprodução da vida, de afirmação social e de realização da cidadania.

3.2 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Conforme Bernardi (1992), o município localiza-se geograficamente na Região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, tendo como coordenadas geográficas da sede do município, latitude 28°26'58.3'', longitude 52°12'01.71'', e está localizada 557m acima do nível do mar, a uma distância 269 km da capital do Estado, Porto Alegre.

Os principais rios do município são os Rios Capingüí, Rio Guaporé, Rio Jacuí, Rio Marau e os Arroios Marauzinho e Sesteada. A área territorial do município é de 651,11 km² e limita-se ao Norte, com Passo Fundo e Mato Castelhana; a Leste, com Gentil; a Sudeste, com

Santo Antônio do Palma; ao Sul, com Vila Maria, Camargo e Soledade; a Sudoeste, com Ibirapuitã; a Oeste, com Nicolau Vergueiro; e a Noroeste, com Ernestina.

Podemos observar a localização de Marau, observando o mapa do Rio Grande do Sul, conforme a Figura 1.

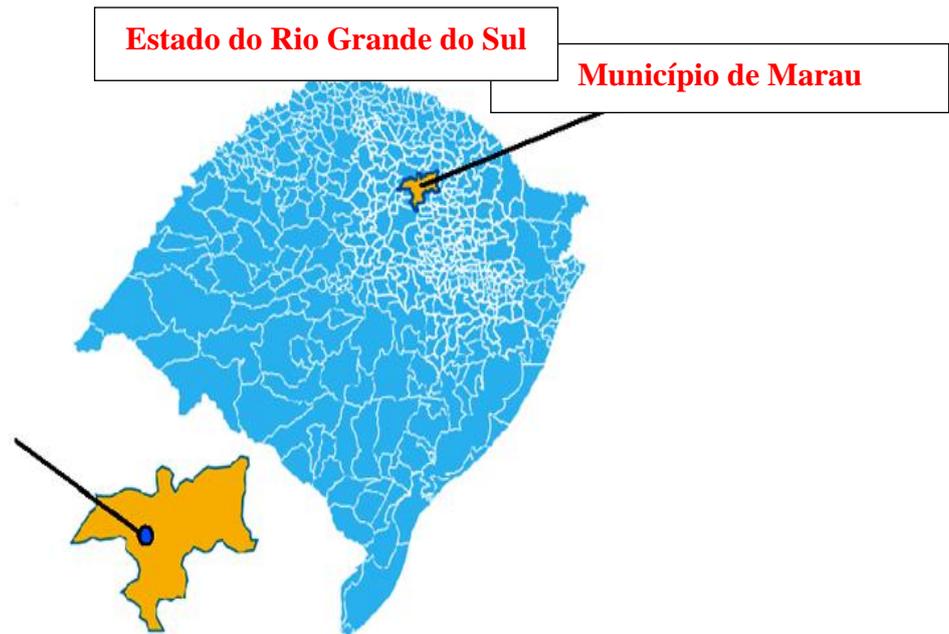


Ilustração 1: Mapa do município de Marau no Estado

Fonte: IBGE(2010)

Conforme Bernardi (1992), o clima predominante da Região é um clima temperado subtropical úmido, com precipitação pluviométrica média anual de 1.700mm, havendo normalmente escassez de chuvas entre os meses de dezembro a março. A temperatura média anual é de 18°C, com máxima de 36°C e a mínima de 0°C. As geadas se estendem até o mês de setembro e eventualmente podendo ocorrer no mês de outubro. A umidade relativa do ar (média anual) é de 75%. Os ventos são mais intensos no período da primavera (setembro a dezembro).

Segundo a EMATER (2010), os solos da região são profundos, bem drenados, argilosos, pobres em nutrientes, ácidos e suscetíveis a erosão. A estrutura geológica do seu solo é a de arenito basáltico, sendo que o tipo de solo predominante é o lato solo roxo, tendo seu relevo na maior parte formado por brandas coxilhas e poucas ondulações, mas nas encostas de rios e arroios, apresenta grandes aclives e penhascos.

A EMATER (2010) destaca que Programa de Recuperação do solo em Microbacias Hidrográficas, iniciado em 1984, pioneiro no Estado, tem projetado Marau nacionalmente e vem sendo continuado e incentivado pelo Poder Municipal, com o Apoio da EMATER e Conselho Municipal de Agropecuária e Abastecimento.

Por sua situação geográfica, entre o Planalto Médio e a Região Serrana do Rio Grande do Sul, politicamente, Marau é o último dos municípios que constituem a AMESNE (Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste), com a qual participa de reuniões, decisões, debates e elaboração de planos de âmbito regional.

3.3 ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE MARAU

A década de 1970 marcou profundas transformações no setor agropecuário na região de Marau, impulsionadas pela mecanização e modernização agrícola. Segundo Bernardi (1992), os agricultores investem no cultivo de soja e trigo. Enquanto que os maiores proprietários de terras persistem na produção de grãos, os pequenos agricultores familiares introduzem em suas propriedades outras atividades, como a produção de aves, suínos, bovinocultura de leite, fruticultura e outras. Esse fato permite a instalação de novas indústrias, gerando emprego e renda na cidade de Marau e região.

Conforme a FEE (2010), o PIB do Estado do RS cresceu no último ano, destacando a agricultura que teve um crescimento de 10,9%. Destaca-se a cultura da soja, que teve um crescimento de 29,1% da quantidade produzida e o milho com 31,7%.

No município, segundo o IBGE (2011), em 2007, a área plantada de soja foi de 33.500 hectares. Esta área foi ampliada considerando os dados fornecidos pela EMATER (2011) sobre a área de plantio de soja na safra 2000/2001, que foi de 25000 hectares. Além disso, observa-se o aumento da produtividade do cultivo da soja e de outros produtos, acelerando as diversas atividades econômicas agrícolas.

De acordo com o IBGE (2011), no município de Marau, em 2006, existiam 169 unidades de estabelecimentos agropecuários com lavouras permanentes, totalizando uma área de 443 hectares. Além disso, o Censo Agropecuário de 2006 aponta que o município possui 1.228 estabelecimentos agropecuários com lavouras temporárias e área de 35.077 hectares.

Em relação à produção da pecuária municipal, o censo agropecuário de 2009 aponta os seguintes resultados:

Tabela 5: Produção da Pecuária Municipal em 2009-Marau

Produto/pecuária	Quantidade/cabeças
Bovinos	21.337
Suínos	13.500
Frangos	4.292.974
Galinhas	91.513
Vacas ordenhadas	11.522

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2009.

Esses fatores associados contribuem para o crescimento do PIBpm que, em 2008, segundo o IBGE(2010) foi de R\$1.107.506 mil e o PIB per capita, em 2008 de R\$ 30.850 mil.

O índice social municipal ampliado, calculado pela FEE (2011), no RS 1991-1996 que resulta da média ponderada dos indicadores de renda, saúde, educação e condições de domicílio e saneamento, variando de 0 a 1, destaca que Marau apresenta um índice médio de 0,63, a renda é de 0,47, a educação apresenta 0,67 e a saúde e o meio ambiente aponta o índice de 0,75.

De acordo com a FEE (2011) a densidade demográfica no Censo de 2010 aponta 56,0 habitantes por Km² e a taxa de analfabetismo é de 3,03%.

Pode-se observar que se intensificou o êxodo rural nas últimas décadas na região de Marau. Destaca-se o processo de masculinização no campo. Para compreender melhor esses índices através das tabelas a seguir:

Tabela 6: Distribuição da população urbana de Marau.

População/zona	1970	1980	1990	2000
urbana				
Feminino	2.516	5.023	8.050	11.515
Masculino	2.328	4.714	7.801	11.338
Total	4.844	9.937	15.851	22.853
População/zona	1970	1980	1990	2000
rural				
Feminino	10.658	8.544	4.543	2.658
Masculino	10.916	8.716	4.773	2.850
Total	21.574	17.260	9.316	5.508

Fonte: IBGE (2000)

Conforme o IBGE (2011), em 2010, Marau contava com uma população de 36.383 habitantes, sendo que 31.577 pessoas residem no meio urbano e 4.806 estão no meio rural.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa desenvolveu-se no município de Marau. Este município caracteriza-se atualmente por possuir propriedades de agricultura familiar e na aplicação de recursos do PRONAF. Por isso, a curiosidade de entender como os recursos do PRONAF Mais Alimentos estão sendo utilizados na região e como atuam economicamente.

Através de uma abordagem qualitativa neste estudo, procurou-se compreender os agricultores familiares, as organizações sindicais, EMATER, e as instituições bancárias que atuam na viabilização dos recursos Pronaf Mais Alimentos. Procurou-se compreender os processos dinâmicos vividos pelos sujeitos envolvidos no processo.

A metodologia desta pesquisa, quanto aos objetivos, pode ser considerada exploratória e descritiva. Para Gil (2007 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.35), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Por isso, foi realizado um estudo exploratório de literatura, documentos e entrevistas semi-estruturadas. Considera-se uma pesquisa descritiva, pois exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVINOS, 1987 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.35).

Quanto aos procedimentos metodológicos, optou-se por ser uma pesquisa bibliográfica, que consiste na consulta de livros, revistas, periódicos, internet, entre outras fontes que permite levantar e comprovar dados. Para pesquisar dados atualizados, buscaram-se principalmente informações junto ao BACEN. Segundo Gil (1999, p.65), esse tipo de pesquisa permite ao investigador uma gama de fenômenos mais amplos do que aquela que poderia investigar na fonte.

A pesquisa pode ser considerada também de campo porque contou com a participação de diversas pessoas respondendo questionários semi-estruturados e estabelecendo, de certa forma, um diálogo com a pesquisadora. Teve a participação de agricultores, os responsáveis por instituições bancárias, técnicos da EMATER e funcionários do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marau, que prestaram informações sobre a utilização dos recursos do PRONAF Mais Alimentos e um legado de informações que auxiliaram na viabilização do estudo.

A população é caracterizada pela totalidade de indivíduos que participam de um determinado estudo. A amostragem deste estudo pode ser considerada intencional não-

probabilística porque participaram cinco indivíduos inseridos no Programa Pronaf Mais Alimentos, através de uma amostragem aleatória. Além disso, participaram um técnico da EMATER, um funcionário do Sindicato e um funcionário de cada instituição bancária, ou seja, do Banco do Brasil, Sicredi e Banrisul.

Propõe-se nesse estudo uma investigação sobre a demanda e as expectativas do programa Pronaf Mais Alimentos no município de Marau, por isso a amostra auxiliou na compreensão dos objetivos estabelecidos, sem a quantificar.

Os dados utilizados nesse estudo são primários e secundários. Primários porque foram obtidos através da aplicação direta de questionários semi-estruturados junto aos agricultores familiares e às instituições. Os dados primários segundo Mattar (1999, p.134) “são aqueles que não foram antes coletados, estando ainda em posse dos pesquisados, e que é coletado dos mesmos com o propósito de atender às necessidades específicas da pesquisa em andamento”. Os dados secundários foram obtidos através da pesquisa de outras referências bibliográficas e documentos de instituições como Bancos, EMATER, Sindicatos.

Foram elaborados questionários semi-estruturados e abertos. Estes instrumentos de coleta de dados foram estruturados a partir das leituras da revisão de literatura e com questões que permitem responder ao problema de pesquisa. O instrumento de coleta de dados foi desenvolvido visando à coleta de informações conforme o envolvimento dos indivíduos na pesquisa. Para isso, foram elaborados quatro questionários semi-estruturados e abertos, permitindo aos entrevistados responderem com suas próprias palavras, não havendo a indução do pesquisador. Desta forma, buscou-se a coleta de informações mais precisas com a realidade pesquisada.

O primeiro questionário (apêndice A) é composto por 20 questões e respondido pelos agricultores familiares que aderiram ao Programa Pronaf Mais Alimentos. O segundo questionário (apêndice B) é formado por 12 questões e respondido pelo técnico responsável pela EMATER de Marau. O terceiro questionário (apêndice c) respondido pelo responsável pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marau e o último questionário (apêndice D) respondido pelo responsável do crédito PRONAF Mais Alimentos de cada instituição bancária (Banco do Brasil e Banrisul) das agências de Marau.

A coleta dos dados através da aplicação do questionário foi realizada pela pesquisadora nas propriedades rurais onde os agricultores aderiram ao Programa Pronaf Mais Alimentos. A abordagem foi realizada conforme agendamento previsto entre os dias 10 a 15 de maio de 2011.

Quanto à coleta dos dados na EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marau, a autora deste trabalho deixou o questionário nestas instituições para ser preenchido e após foi devolvido. A etapa seguinte do trabalho de pesquisa constituiu-se na análise das informações e dos dados levantados com entrevistas com a finalidade de expor o problema, identificar as causas, comparar as informações e evidenciar as possíveis alternativas que permitem amenizar o problema. Por fim, foram apresentadas as conclusões do estudo.

Para analisar e melhor visualizar os dados coletados junto aos entrevistados e coletas informais, procurou-se tabular os dados e descrever as características mais importantes da amostra. Além disso, procuraram-se as relações e os processos do campo de trabalho construídos sempre em torno da terra, família e comunidade.

5 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONTRATOS DO PRONAF EM MARAU.

No cenário brasileiro, cresce o número de contratos e montantes do Pronaf. A seguir, será feita a análise do Pronaf a partir de um cenário local, ou seja, no município de Marau.

Analisando os dados do BACEN (2011) do Crédito Rural concedidos no Brasil a produtores rurais e cooperativas por região geográfica e unidade de federação, observamos que no ano de 2010 o Estado obteve 16,44% dos contratos e 4,47% do valor dos recursos, destacando-se em relação aos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Na região de Marau, segundo as agências bancárias do Banrisul e do Banco do Brasil, os recursos do Pronaf através das diferentes linhas de Crédito são destinados principalmente para atividades ligadas à produção de leite, soja, milho, aviário, suinocultura e trigo. Os recursos destinados são suficientes para gerar renda na propriedade. Em relação ao programa Pronaf Mais Alimentos, financia equipamentos novos (colheitadeiras, tratores, plantadeiras, pulverizadores). Com isso, os agricultores podem ter acesso a novas tecnologias que aperfeiçoam a produção da propriedade e melhoram a renda da família.

De acordo com o BACEN (2011), no período que corresponde ao ano de 2007 a 2010 na atividade agrícola, observa-se o crescimento do montante dos recursos disponibilizados. Por isso, a seguir demonstram-se os dados da atividade agrícola com a finalidade de custeio no período correspondente entre 2007 e 2010 em Marau.

Tabela 7: Marau RS - Financiamentos rurais concedidos a produtores rurais e cooperativas. Por ano, atividade agrícola, finalidade de custeio, contratos e montante (R\$)

Ano	Atividade/Finalidade	Contratos	Montante (R\$)
2007	Agrícola/Custeio	1.338	14.559.448,51
2008	Agrícola/Custeio	1.238	19.819.040,61
2009	Agrícola/Custeio	1.199	19.613.480,52
2010	Agrícola/Custeio	1.202	19.107.426,53

Fonte: BACEN (2010) adaptado pela autora

Essa tabela demonstra que em 2007 ocorreu o maior número de contratos, sendo que em 2009 ocorreu o menor número de contratos e o maior volume de recursos. Conforme Talamini e Montoya (2002, p.56), na região da produção, a principal fonte de renda está em atividades relacionadas à agricultura para mais de 78% das propriedades sendo que 74% das propriedades têm nas culturas de soja e milho a maior participação na renda. Outros dados

disponibilizados pelo BACEN (2011) demonstram que a pecuária custeio teve um aumento contínuo de contratos e montante nos anos de 2007-2010, conforme a tabela a seguir.

Tabela 8: Marau RS- Financiamentos rurais concedidos a produtores rurais e cooperativas. Por ano, finalidade para pecuária custeio, contratos e montante.

Ano	Finalidade	Contratos	Montante (R\$)
2007	Pecuária custeio	35	715.702,92
2008	Pecuária custeio	47	1.168.318,09
2009	Pecuária Custeio	56	1.576.792,95
2010	Pecuária Custeio	75	2.211.222,81

Fonte: BACEN (2011) Adaptado

Observa-se que no período, o crescimento dos contratos e montantes da pecuária custeio em Marau RS foi superior a 50%. Através das informações divulgadas pelo BACEN (2011), observa-se um crescimento significativo de contratos e montantes da atividade agrícola, investimento no ano de 2009. Isso pode ser explicado pela nova modalidade de crédito rural- Pronaf Mais Alimentos que foi implantado no ano de 2007/2008 e que os agricultores da região passaram a aderir, Tabela 8.

Tabela 9: Marau RS- Financiamentos rurais concedidos a produtores rurais e cooperativas. Por ano/atividade, finalidade, contrato e montante

Ano	Atividade	Finalidade	Contrato	Montante (R\$)
2007	Agrícola	Investimento	102	2.093.969,23
2008	Agrícola	Investimento	184	6.402.772,34
2009	Agrícola	Investimento	443	8.473.997,78
2010	Agrícola	Investimento	164	8.307.339,42

Fonte: BACEN (2011) Adaptado

Os números de contratos e montantes dessa linha de crédito triplicaram no ano de 2009. Percebe-se que em 2010 houve uma diminuição de contratos e manteve o montante aproximado do ano anterior. Um dos fatores que podem explicar a demanda por investimentos foi argumentado por um agricultor que participou da pesquisa:

[...] agora com o Pronaf Mais Alimentos muitos agricultores vão ao banco financiar alguma máquina ou equipamento. Os velhos custam muito para consertar. Daí é melhor financiar um novo. Mas tem que saber se é necessário e se serve para a propriedade, senão não adianta comprar um trator ou outra máquina nova para deixar parada. Falam que o juro é

baixo isso e aquilo. Todo mundo quer vender. Tem que ficar esperto. As prestações chegam mais tarde e tem que pagar”. (Produtor 1-Marau-RS, em abril de 2011).

Segundo o Banrisul, os recursos destinados são suficientes para gerar renda na propriedade porque o limite é de R\$ 130.000,00 por CPF. Com isso, o produtor pode comprar uma máquina que aumente sua renda consideravelmente ou começar alguma outra atividade que ainda não exercia. Com juros de 2,00% ao ano e prazo de até 10 anos, o aumento de renda que a máquina proporciona, pode ser suficiente para pagar as parcelas da mesma. Um dos agricultores entrevistados apontou que o “juro do empréstimo é bom. Mas a taxa que o banco cobra é grande (elevada). O vendedor ganha o dinheiro na hora do empréstimo e nós temos que hipotecar a terra, dependendo do empréstimo, por vários anos. Tem que pensar bem para não “quebrar a cabeça” (Agricultor 2-Marau RS, em abril de 2011).

O responsável pelo Pronaf do Banrisul de Marau destaca que, como o juro é baixo e o prazo é grande, normalmente os agricultores pagam os empréstimos em dia. Porém, sempre existem aqueles que acabam não pagando. Para evitar isso, antes de autorizar o agricultor a elaborar o projeto técnico do investimento, um responsável do banco faz uma visita à propriedade para ver se o agricultor tem capacidade de produzir e se as terras são boas para o investimento que ele está solicitando. Ressalta que o Pronaf Mais Alimentos é apenas para agricultura familiar e a DAP é individual. Mas, em uma mesma família podem ter pai e filho aptos ao Pronaf e, em uma operação de Pronaf Mais Alimentos, que restringe o investimento a R\$ 130.000,00 por CPF, eles poderiam, por exemplo, investir até R\$ 260.000,00.

Afirma que normalmente o agricultor vai até a agência do Banrisul já sabendo no que ele quer investir. O responsável pelo crédito orienta se o investimento que ele quer pode ou não ser enquadrado no Pronaf Mais Alimentos. Quando o recurso vem do BNDES para a conta do cliente, o valor é bloqueado e só é liberado mediante a comprovação financeira do investimento. O agricultor precisa apresentar as Notas Fiscais detalhadas do que ele comprou, e a agência vai liberando os recursos na medida. Se ele solicitou, por exemplo, R\$ 50.000,00 e trouxe R\$ 30.000,00 em notas, os outros R\$ 20.000,00 ficam bloqueados até ele trazer o restante das notas. Sempre lembrando que, no projeto do investimento, já há orçamentos e pedidos do que ele irá comprar. As notas são para comprovação apenas.

Por ser um juro muito baixo, é necessária a supervisão do capital, para que não seja feito má uso da verba pública. Este crédito faz com que agricultores familiares possam expandir sua produção e sua renda. Como são recursos oriundos do BNDES, são para o desenvolvimento da economia local. É um incentivo a agricultura e ao desenvolvimento das famílias que vivem da produção rural.

Os agricultores pesquisados apontaram as facilidades do crédito rural. Todos foram unânimes em dizer que o Pronaf Mais Alimentos gera renda. Porém, é preciso saber em que investir e se realmente é necessário acessar o crédito. No caso do acesso, sempre aplicar no que foi solicitado. Só assim tem uma fonte de renda para pagar o empréstimo. Outro aspecto observado nos entrevistados é que eles acessam o crédito com frequência, ou seja, quando necessário. Dos cinco agricultores entrevistados, quatro deles afirmaram que os recursos são suficientes. O agricultor que considerou os recursos insuficientes possui propriedades em outro município e pela área de terra agregada aos membros da família, pode ser considerado um médio ou grande agricultor.

Em relação à pecuária investimento, os dados do BACEN demonstram que no período que corresponde a 2009 e 2010 ocorreu um crescimento em contratos e montante, conforme a tabela a seguir:

Tabela 10: Marau RS- Financiamentos rurais concedidos a produtores rurais e cooperativas. Por ano, atividade, finalidade, contratos e montante.

Ano	Atividade	Finalidade	Contrato	Montante (R\$)
2007	Pecuária	Investimento	70	1.269.882,55
2008	Pecuária	Investimento	61	1.567.643,97
2009	Pecuária	Investimento	113	3.964.197,78
2010	Pecuária	Investimento	110	3.487.248,50

Fonte: BACEN (2011) Adaptado

Os agricultores entrevistados relataram que conhecem as normas básicas para acessar o crédito, como por exemplo, a área de terra, documentos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marau (se referem à DAP) e ter o projeto elaborado pela EMATER. Na região de Marau, existem empresas vendedoras de máquinas e equipamentos agrícolas que viabilizam a DAP e elaboram o projeto para o Agricultor. Dos agricultores entrevistados, um deles apontou que ficou sabendo por um vendedor de trator, 01 no Banco do Brasil, 02 pelas informações da EMATER e STTR de Marau e um deles apontou pelos meios de comunicação.

O Programa PRONAF no município de Marau tem possibilitado o crescimento do crédito rural, inclusive na atividade agrícola com a finalidade de comercialização. Nesse aspecto, observa-se um grande crescimento de contratos e montantes. Isso pode ser explicado pela ampliação das políticas públicas pelo governo, como o Pronaf Mais Alimentos, que visa à comercialização dos produtos através do PGPM.

Tabela 11: Marau RS- Financiamentos rurais concedidos a produtores rurais e cooperativas-por ano, atividade, finalidade, contratos e montante.

Ano	Atividade	Finalidade	Contrato	Montante (R\$)
2007	Agrícola	Comercialização	6	1.974.624,30
2008	Agrícola	Comercialização	10	3.888.313,65
2009	Agrícola	Comercialização	12	3.084.910,50
2010	Agrícola	Comercialização	37	8.759.207,44

Fonte: BACEN (2011) (adaptado)

De acordo com o MDA, o Programa Mais Alimentos foi destaque no total de pedidos de financiamentos de crédito rural durante os cinco dias de realização da feira Expodireto Cotrijal, em abril de 2011, na cidade de Não-Me-Toque (RS). De 4.241 pedidos registrados pelo Banco do Brasil (BB), Banrisul e o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), 3.070 pedidos foram do Programa Mais Alimentos. Do volume total de R\$ 334 milhões, o crédito pertencente ao Pronaf representou R\$ 214,5 milhões em pedidos.

Conforme o coordenador do Pronaf Mais Alimentos no MDA, Hercílio Mattos, o Programa respondeu a 72,4% do total de pedidos dos três agentes financeiros e representou 64,3% do valor.

Os agricultores que acessaram ao Programa Mais Alimentos visam à melhoria tecnológica para a propriedade rural com plantadeiras e outros equipamentos mais modernos e ágeis, evitando o desperdício de tempo e perdas no campo, aumentando desta forma a competitividade e a renda dos agricultores familiares.

Observa-se através do contato com agricultores que os maiores beneficiários com o Pronaf Mais Alimentos são os comerciantes. Aos agricultores, o Pronaf Mais Alimentos lhes permite acessar ao crédito para investir na propriedade nas atividades que já exerciam porque não tem recursos próprios para investir. Mesmo com o aumento da produtividade e os preços da soja ser considerados pontos positivos, os agricultores demonstraram que a “vida do campo” não é fácil. Exige mais capacidade tecnológica para melhorar produtividade e qualidade, gestão para poder agregar mais renda, ou seja, muitas vezes na hora de pagar os investimentos, o preço do produto baixa. Para garantir um lucro maior, demonstraram que “é preciso saber a hora de vender, porque, na safra, o preço baixa”.

Pode-se constatar que os agricultores que aderiram ao Pronaf Mais Alimentos investiram efetivamente na propriedade em algo que realmente precisavam. Estes agricultores acessam outras linhas de crédito do Pronaf para o custeio da lavoura. Isso porque o crédito

formal é mais viável do que o crédito informal e lhe permite mais segurança (preço, seguro, e assistência da EMATER).

5.1 PRONAF MAIS ALIMENTOS: DEMANDAS E EXPECTATIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Conforme a coleta de informações junto a Agência do Banco do Brasil, o acesso ao crédito atende a demanda e as expectativas dos agricultores de Marau e destaca que a instituição financeira é o principal parceiro do agricultor e o principal financiador do crédito rural no Brasil, tendo participação em torno de 60% de todo o crédito rural no país. Os aspectos que poderiam melhorar para atender melhor os agricultores da região precisam partir dos próprios agricultores, como utilização correta dos insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, interesse em honrar os compromissos e não tentar enquadrar-se em uma linha de crédito na qual não faz parte. Considerando apenas os valores disponibilizados pelo Pronaf Mais Alimentos no Banco do Brasil agência de Marau, tem-se:

Tabela 12: BB - Agência de Marau. Por ano, contrato e valor

Ano	Contratos	Valor
Safra 2009/2010	62	R\$ 3.410,00
Safra 2010/2011(até 03/2011)	58	R\$ 2.989,00

Fonte: elaborado pela autora

De acordo com os dados obtidos pelo banco Bannrisul, o acesso ao crédito atende à demanda e às expectativas dos agricultores do município de Marau. A demanda é muito bem atendida, se o cliente possuir toda a documentação exigida, o crédito é liberado. Não há limites de valores por município ou região, quem for apto ao Pronaf e quiser o crédito, conseguirá. As expectativas são superadas em termos da facilidade de o produtor conseguir o crédito, alguns só demoram um pouco para conseguir levantar toda a documentação necessária. Um fator que os agricultores consideram negativo é que o cartório de Marau demora 30 dias (entrevista com agricultores) para registrar um contrato, fazendo com que o processo demore em média dois meses, sendo um mês para levantar toda a documentação, fazer pedido e liberação junto ao BNDES, e outro somente para o registro do contrato. A burocracia foi apontada por todos os agricultores como sendo o principal empecilho para o

acesso ao crédito, seguido pelas faltas de informações, sendo que estas foram superadas, uma vez que procura o banco para acessar o crédito, o STTR para conseguir a DAP e a EMATER para elaborar os projetos.

As agências bancárias pesquisadas (Banrisul e Banco do Brasil) apontaram que os agricultores da região são bem atendidos. Possui uma diversificada rede bancária, acesso amplo a recursos, com taxas baixíssimas e prazos elevados. Há, também, um bom número de técnicos credenciados que ajudam na elaboração dos projetos técnicos e na análise da viabilidade econômica dos mesmos, fazendo com que os agricultores sempre sejam assessorados quando preciso. Ambos ressaltam que os recursos existem, os prestadores de serviços também. Porém, ainda existem alguns produtores, e quando eu digo alguns, podem ser muitos, que não sabem da existência dessas linhas de financiamento ou que ainda têm receio de investir. Ficam com medo de se endividar ou de comprometer um dinheiro que não tem. A informação completa e transparente é um aspecto que pode melhorar.

As informações das agências bancárias pesquisadas e dos agricultores pesquisados sobre as demandas dos agricultores familiares em relação ao Pronaf Mais Alimentos podem ser confirmadas analisando as informações fornecidas pela EMATER de Marau (Tabela 13).

A EMATER elaborou os projetos por agentes financeiros e foram firmados contratos nos agentes financeiros de Marau, sendo que o Pronaf Mais Alimentos, no ano de 2009, apontou os seguintes resultados:

Tabela 13: Marau RS- Pronaf Mais Alimentos por quantidade e finalidade em 2009

Quantidade	Finalidade
28	Aquisição de trator agrícola
04	Aquisição de trator New Holland
04	Aquisição de uma Semeadora Adubadora
02	Aquisição de enfardadeira
02	Comedouro Automático
02	Construção de aviário
02	Equipamento para aviário
01	Aquisição de um caminhão Ford
01	Aquisição de uma Plataforma Colhemax
01	Construção de duas estufas completa e enxada rotativa
01	Aquisição de uma ordenhadeira canalizada
01	Aquisição de uma Semeadora SHM13R1303-LA
01	Aquisição de plantadeira
01	Aquisição de máquinas agrícolas
01	Colhedora de foragem
01	Sala de ordenha
01	Máquina para silagem
01	Ordenhadeira e sala de ordenha
01	Concha
01	Pulverizador agrícola
01	Sala de ordenha, mangueira de espera
01	Aquisição de vacas leiteiras
59	Total de contratos Pronaf Mais Alimentos

Fonte: EMATER (2011)

Em 2009 foram realizadas através do Programa Pronaf Mais Alimentos 28 aquisições de tratores agrícolas e 04 de tratores agrícolas New Holland e no ano de 2010 foram realizadas mais oito aquisições de tratores agrícolas e 05 tratores agrícolas New Holland. A grande quantidade de aquisições de tratores agrícolas compara-se através do crescimento de caminhões trator tipo veículo apontado pelo IBGE, sendo:

Tabela 14: Marau RS - Caminhões trator tipo veículo por ano e quantidade

Ano	Quantidade
2005	300
2006	322
2007	332
2009	379

Fonte: IBGE (2011)

De acordo com Fauth (2010, p.3), um acordo entre o MDA e os fabricantes de veículos automotores, máquinas e implementos agrícolas, estabelece que os tratores da linha agricultura familiar podem ser comercializados com desconto de 17,5%. Os demais implementos e máquinas têm desconto de 15%. Esses descontos podem ser estendidos a outras linhas de equipamentos agrícolas. Essa autora aponta que de setembro de 2008 a junho de 2009 foram vendidos no Brasil cerca de 13.000 tratores à famílias agrícolas pelo Programa Mais Alimentos.

Segundo a EMATER (2011), em 2010, foram elaborados e firmados contratos do Pronaf Mais Alimentos.

Tabela 15: Marau RS- Pronaf Mais Alimentos por quantidade e finalidade (2010)

Quantidade	Finalidade do Crédito
08	Trator Agrícola
06	Semeadora Adubadora
06	Semeadora Múltipla
05	Trator Agrícola New Holland
03	Aquisição de máquina colhedora de forragem e plataforma
03	Pulverizador hidráulico
02	Construção de pocilga para terminação de suínos
02	Equipamento para aviários
02	Resfriador de leite
01	Aquisição de vacas e ordenhadeira
01	Reforma e compra de equipamentos para agroindústria
01	Aquisição de equipamentos
01	Ampliação de aviário
01	Cercamento para aviário e construção para gado leiteiro
01	Implantação de Granja para terminação de suínos
01	Comedouro para frangos
01	Equipamento para aviário e aquecedor
01	Construção de sala de ordenha
01	Construção da sala para alimentação de bovinos de leite
01	Aquisição de bovinos de leite
01	Cultivador motorizado
01	Aquisição de novilhas para produção de leite
01	Aquisição de materiais de construção para acabamento
01	Aquisição de vagão forrageiro basculante
01	Correção de solo
01	Aquisição de caminhão Ford Cargo
01	Aquisição de distribuidor de calcário e adubo
55	Total de contratos

Fonte: EMATER Marau-RS (2011)

Comparando os dados de 2009 e 2010, observa-se que houve uma diminuição de contratos do Programa Pronaf Mais Alimentos. É importante ressaltar que em Marau existem várias pessoas credenciadas que elaboram projetos para o crédito rural e não foram pesquisadas. Além disso, foi realizada a busca de informações sobre os contratos e os montantes do Pronaf Mais Alimentos junto aos agentes financeiros. Somente o Banco do Brasil informou os dados. Outros afirmaram que existem essas informações, porém não informaram devido à grande quantidade de operações no banco, falta de tempo ou regras impostas pelo agente financeiro. Por isso, os dados informados pela EMATER e Banco do Brasil, Agência de Marau sobre o número de contratos do Pronaf Mais Alimentos podem contribuir para outras pesquisas sobre o tema. Atualmente existem poucos estudos sobre o Pronaf Mais Alimentos.

Para Sabourin (2002), o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e a Extensão Rural são as duas organizações nacionais mais capilarizadas pelo interior do País. Por maiores que sejam seus problemas e sua heterogeneidade, ambos definiram recentemente sua missão em torno do fortalecimento da agricultura familiar a base social do processo de reconstrução institucional da vida política no interior do País. Para que ocorra o desenvolvimento local é necessário entender que o sistema de produção interage nas diferentes esferas e especialmente na relação técnico e produtor. A ideia central é que técnico extensionista junto com o produtor (ambos parte do sistema) planejem a intervenção desde “dentro para dentro”. Não há planificação desde “fora”, procurando o controle da situação (visão tradicional), na qual a consideração do social é mais uma forma de facilitar a adoção de tecnologia (visão sistêmica), mas sim um processo de “*empowerment*”, ou seja, um processo de desenvolvimento de capacidades nas pessoas para que elas sejam atores de seu próprio processo de desenvolvimento (MACHADO; SILVEIRA, 2006, p.6).

As políticas públicas como o Pronaf impulsionam sim a economia local porque todos os agricultores que foram entrevistados apontaram que compram insumos, máquinas e equipamentos agrícolas no município de Marau. Além disso, vendem seus produtos no comércio da cidade.

Através dos contatos com as instituições e agricultores, observou-se que no município de Marau as demandas dos agricultores estão relacionadas à assistência técnica, orientações em relação às finalidades do crédito rural, prazos de pagamento dos financiamentos, tecnologias mais modernas que facilitam o dia-a-dia do agricultor e permitem mais produção e qualidade. Observou-se a demanda do crédito para custeio de culturas tradicionais, garantia de compra dos produtos agropecuários.

Em relação às expectativas dos agricultores, observou-se principalmente a necessidade da viabilidade econômica na venda da produção, compra de insumos com preços mais baixos para garantir a lucratividade pelo agricultor. A EMATER e vendedores de insumos e máquinas agrícolas promovem dias de campo para demonstrações para os agricultores. Estes agricultores têm a oportunidade de conhecer as novas técnicas de produção, as novas tecnologias para o setor agropecuário, além de conhecer novas variedades híbridas de milho, entre outras.

A maior expectativa apontada refere-se à venda de frangos e suínos. Os agricultores produzem para empresas integradoras e no momento as exportações encontram barreiras comerciais, principalmente por países europeus. Esse fato gera expectativa e preocupação por possível redução de lucros.

As maiores demandas e expectativas dos agricultores são modernização para conseguir manter-se no meio rural, reduzindo custos com a depreciação das “máquinas velhas” e aumentar a produção e qualidade com as tecnologias mais modernas.

5.2 ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM PARA O ACESSO AO PROGRAMA MAIS ALIMENTOS

5.2.1 Instituições financeiras de Marau

O Banco do Brasil, agência de Marau, foi instalado em 1971. Desde então, atua junto aos agricultores da região nos diferentes aspectos. Em relação ao Programa Pronaf Mais Alimentos, a instituição adota os critérios para os agricultores terem acesso ao crédito estabelecido pelo Manual de Crédito Rural (MCR). Além disso, adotam na agência o enquadramento realizado pela EMATER, ou seja, a viabilização dos recursos conforme projetos. Os critérios para o acesso ao crédito individual ou coletivo são os mesmos.

Segundo essa agência bancária, o agricultor geralmente não tem dificuldades em pagar empréstimos. Ressalta que o índice de inadimplência na cidade (Marau) encontra-se com índices em torno de 0,3%. Os principais casos de inadimplência ocorrem devido a não utilização correta dos recursos, a alguns problemas climáticos e, em alguns casos, a má índole do agricultor.

Atualmente, o agricultor precisa diversificar suas atividades agropecuárias. Desta forma, quando ocorrem problemas climáticos, pragas, queda de preços ou outros fatores que comprometem a renda do produtor, este poderá pagar os empréstimos com outra fonte de renda na propriedade. Além disso, para que os pequenos agricultores consigam enfrentar as novas mudanças apresentadas pelo novo sistema capitalista, há a necessidade de que assumam o papel de empresários do setor. Os benefícios trazidos pela diversificação das atividades para agricultura familiar são óbvios: há aumento e diversificação da renda, uma ocupação maior de mão-de-obra familiar, aproveitamento racional de espaços, preservação do solo, entre outros. Por outro lado, o governo precisa adotar políticas públicas que possam auxiliar os agricultores com dificuldades de pagar seus empréstimos. O seguro agrícola, por exemplo, é fundamental, pois cobre principalmente as perdas decorrentes de fenômenos meteorológicos.

A intervenção do governo na comercialização ocorre através dos instrumentos públicos adotados para o setor agrícola. Através da PGPM (Política de Garantia dos Preços Mínimos), o agricultor tem um preço-piso para a comercialização agrícola. Além disso, as AGFs (Aquisições do Governo Federal) permitem que o governo compre o produto para estoques e após leilão conforme a oferta e demanda do produto. O preço mínimo serve de orientação para os produtores alocar os recursos e investir em capital e tecnologias.

Outra possibilidade de agregar renda nas propriedades rurais são as agroindústrias familiares. Por isso, as políticas públicas do Governo Federal para o setor agropecuário devem ser discutidas e implementadas a nível local.

A instituição bancária não oferece orientação para o destino de recursos, os quais são vinculados ao produto que está sendo financiado. O pagamento, geralmente, é feito diretamente para a empresa que está vendendo o bem. A orientação é feita pelas assistências técnicas ou pela EMATER. O banco fiscaliza o emprego dos recursos e a conservação dos bens financiados, por amostragem.

Em 1966 foi instalado o Banrisul no município de Marau. De acordo com essa instituição bancária, esta apenas presta o serviço de ligar os agricultores que já são aptos ao Pronaf, ao crédito que eles têm direito, que precisam ter a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) para requerere-lo. O órgão responsável por emitir a DAP é a EMATER, via Governo Federal.

Pode-se analisar os projetos elaborados pela EMATER de Marau e contratados para o Crédito Rural de Marau no ano de 2010 por linha de crédito, sendo:

Tabela 16: EMATER-Marau RS. Ano, linha de crédito e contratos

Linha de Crédito	Total de contratos
Pronaf Mais Alimentos	55
Pronaf Agricultura Familiar-Investimento	31
Pronaf Mulher	02
Pronaf Agricultura Familiar-Custeio	19
PSI-Programa de Sustentação de Investimento	01
Pronaf Agroindústria-individual	01
Total	119

Fonte: EMATER Marau RS

Dos projetos elaborados pela EMATER de Marau por agente financeiro e firmados contratos, temos aproximadamente no Banco do Brasil 55%, no Banrisul 25% e no Sicredi 20%.

Dos agricultores entrevistados, três deles apontaram que acessaram ao crédito através do Banco do Brasil, e dois ao Banrisul. Além disso, todos os agricultores destacaram que acessaram ao crédito para investir na propriedade na mesma atividade agrícola. Estes agricultores têm na produção agrícola de soja e milho suas principais atividades. Dois deles possui bovinocultura de leite, um reside na propriedade em Marau, mas possui gado de corte em Soledade, e um tem um aviário. Um dos entrevistados está pensando em diversificar com a introdução da atividade leiteira ou com aviário. Porém, considera investimentos elevados por um longo prazo. Além disso, os filhos não demonstram interesse em continuar no meio rural.

Com base nos cinco entrevistados na pesquisa de campo e observação, podem-se identificar dados importantes em relação à utilização do crédito do Pronaf Mais Alimentos e às relações comerciais dos agricultores, conforme tabela, a seguir:

Tabela 17: Resultados do questionário da entrevista com agricultores-Marau RS

Número de agricultores	Aquisição dos produtos com o crédito.	Comercialização dos produtos da UPA.	Demanda e expectativas atendidas pelo Pronaf Mais Alimentos	Mudanças consideradas importantes em relação ao Pronaf
02	Augustin & Cia. Ltda.	Agropecuária Perin	Sim- investimento	Diminuir a burocracia
01	Agromarau	Cerealista Lodi	Sim –Custeio e investimento	Reduzir taxas de juros
01	Representante do New Holland	Brasil Foods	Crédito investimento insuficiente	Ampliar o limite
01	Bonato Comércio e Representações	Depende das condições de pagamento.	Sim	Colocar taxas reduzidas de juros. Diferenciadas conforme o crédito.

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora

Através desta pesquisa, observou-se que a disponibilidade de mão de obra nas UPAs (Unidades de Produção Agrícola) é apenas familiar, ou em alguns casos troca de serviços entre vizinhos. As unidades visitadas possuem características técnicas, sociais, políticas, culturais específicas e se relacionam com múltiplos fatores internos e externos à Unidade de Produção Agrícola. A sua interação com o ambiente externo está relacionado à sua inserção no mercado, seja ele de âmbito local, regional, nacional e internacional. As UPAs estão relacionadas a fatores de produção como a terra, o trabalho familiar e o capital. Constituem um espaço de interação e troca de bens e serviços.

Observa-se ainda que as políticas públicas, como o Pronaf, em especial o Programa Mais Alimentos devem ser ampliadas para atender as necessidades específicas de cada núcleo familiar. Além das políticas públicas de âmbito Federal, cabe aos governos locais a melhoria das estradas, assim irá melhorar o escoamento da produção.

5.2.2 Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Marau

Em 23 de julho de 1963, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marau por um grupo de noventa e cinco agricultores, que já naquela época sentiram

necessidade de se unirem para lutar por seus direitos e buscar soluções para seus problemas. Ao longo dos anos, foi conquistando novos associados, enquanto que outros aderiam a outros movimentos. Atualmente, o Sindicato conta com 98 associados.

Ao longo desses 45 anos, o STTR tem participado juntamente com os agricultores familiares assiduamente em movimentos, encontros, Comissões na busca de direitos, conquistas de políticas públicas, como o PRONAF, que permanentemente é modificado para atender as necessidades dos agricultores familiares do nosso país.

Hoje, atua com diversas outras instituições e organizações que trabalham em prol da agricultura familiar, visando atender os interesses dos agricultores familiares, que devido ao novo contexto, nacional e global, da economia, buscam informações sobre as políticas públicas implementadas pelo governo para o setor agropecuário.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marau abrange os municípios de Marau, Vila Frei Gentil e Nicolau Vergueiro. Luta por políticas sociais e agrícolas nacionais visando à qualidade de vida e à geração de renda dos agricultores familiares. Com certeza, o crescimento dos agricultores familiares na região de Marau não seria o mesmo sem a participação efetiva do STTR. A agricultura é diversificada, por isso, os agricultores conseguem se manter e crescer apesar das crises. Existem desafios, como a questão ambiental e a sucessão rural, ou seja, é preciso rever o quadro social e incentivar a manutenção do jovem no campo.

Nos anos 80, a CONTAG levanta a bandeira da Reforma Agrária e direita trabalhistas. A partir disso, a categoria de trabalhadores rurais engloba os trabalhadores assalariados rurais, os agricultores familiares, os diaristas que trabalham no campo e os trabalhadores parceiros agrícolas. Estes trabalhadores, por vezes, defendem interesses diferentes. Mesmo assim, o STTR de Marau orienta os trabalhadores que buscam informações.

A CONTAG é a maior entidade sindical dos trabalhadores rurais. Nos últimos anos, tem elaborado e implementado o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável (PADRSS), que propõe um novo tipo de relação entre o campo e a cidade, e a perspectiva de um projeto de desenvolvimento que inclua a equidade de oportunidades, justiça social, preservação ambiental, soberania, segurança alimentar e crescimento econômico.

Segundo o representante do STTR de Marau, uma nova etapa na história dos movimentos sociais rurais ocorre a partir das transformações no mundo do trabalho que se disseminaram no Brasil a partir dos anos de 1990, com a introdução do Plano Real. A introdução de novas tecnologias de produção e de gestão, o desemprego estrutural, a desregulamentação do trabalho, o trabalho temporário e a terceirização, significaram uma

crescente heterogeneização, fragmentação e complexificação da forma de ser e de viver da classe trabalhadora, com impacto direto na ação sindical.

Com o estabelecimento do PRONAF, em 1996, ancorado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marau discute, divulga, orienta os agricultores familiares quanto às diferentes linhas do PRONAF e para o desenvolvimento rural sustentável.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marau RS, desde 2008, quando foi implantado o Pronaf Mais Alimentos, os agricultores começaram acessar o crédito. As DAPs encaminhadas pelo SSTR são para solicitar recursos para financiar investimentos de infra-estrutura como construções de galpões, silos, pocilgas, estábulos, aviários, máquinas e veículos utilitários destinados para atividade agrícola. Além disso, são emitidas DAPs para outros fins. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2011), o município de Marau possui 2022 DAP de pessoas físicas ativas.

O STTR da cidade oferece estímulos para os agricultores acessarem ao crédito. Isso é feito através de folders, meios de comunicação, especialmente o rádio (programa do sindicato), site do MDA. O mesmo destaca que as vantagens de acessar o crédito são: taxas de juros mais baixas, carência de três anos, prazos mais longos de pagamentos (dez anos). Em relação às desvantagens, aponta a burocracia excessiva e as taxas adicionais cobradas pelos bancos. Atua junto aos agricultores familiares informando os mesmos sobre juros, prazos, documentação necessária, e fornecendo a DAP, documento este obrigatório que torna apto o agricultor para o financiamento e o diferencia do empregador rural.

As maiores dificuldades enfrentadas pelos agricultores para acessar ao crédito Pronaf Mais Alimentos foram sendo superadas. Este destacou que no começo do PRONAF Mais Alimentos, apenas determinadas culturas poderiam ser plantadas, como: milho, trigo e apenas 30% de soja, o que já não existem mais, pois todos os produtos foram liberados.

Ressalta-se que os impactos do Pronaf Mais Alimentos na economia local são evidentes. Incentiva a modernização das propriedades, garantindo produção e tecnologia mais avançada, gerando assim mais renda, mais empregos e produtos qualificados para o consumidor final.

Outras informações colhidas junto a essa organização quanto aos critérios estabelecidos para o acesso ao crédito Pronaf Mais Alimentos são: não possuir mais que 80,0 ha, renda variável de até no máximo R\$ 220.000,00 e 80% da renda oriunda da agricultura. Apesar dos juros baixos, prazos longos, carências para pagamentos, o agricultor tem que ver a real necessidade de seus investimentos, pois vale à pena lembrar que o mesmo irá

comprometer outras pessoas (avalistas) e a terra que não poderá ser vendida ou arrendada (hipoteca) por dez anos.

O fortalecimento da agricultura familiar na Região de Marau não seria o mesmo sem a organização do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e da EMATER. É através da organização dos atores sociais do meio rural, principalmente dos pequenos agricultores familiares com as organizações e instituições locais que esses grupos se fortalecem e buscam autonomia, o desenvolvimento econômico, político e social.

5.2.3 A atuação da EMATER de Marau RS

Conforme as informações da EMATER de Marau, colhidas desde 1996, a instituição apóia projetos relacionados ao PRONAF. Desde então, atua na orientação para o crédito na elaboração de projetos e acompanhamento na execução das obras em nível de propriedade. O PRONAF Mais Alimentos existe desde 2008 e vêm atuando com projetos e orientações junto aos agricultores familiares, prestando serviço público de assistência técnica e com métodos de extensão rural.

Na EMATER de Marau são elaborados projetos de custeio e investimento. Os critérios para esse fim se referem a atender normas de enquadramento para cada agricultor familiar. Ao ser estudado o projeto em particular, procura-se questionar o uso e a necessidade do produtor em aderir ao Programa Pronaf Mais Alimentos, exceto quando este agricultor já é assistido pela Emater. O técnico ressalta que ao elaborar um projeto em uma propriedade onde o agricultor e sua família são assistidos têm uma visão mais ampla da realidade da propriedade, ajudando, desta forma, o produtor a tomar a melhor decisão. Requisito inicial para projeto é autorização pelo agente financeiro e DAP do STTR.

Conforme a informação obtida através do questionário aplicado para esta pesquisa, percebe-se que a instituição tem pessoal capacitado para atender as demandas dos agricultores de Marau. Aponta que têm profissionais capacitados para elaboração de projetos desde planos de custeio, aquisição de máquinas até projetos de implantação de agroindústrias que exigem desde obras civis, fluxos, análise de viabilidade econômica dimensionamento de equipamentos. Quanto aos profissionais, possui atualmente dois técnicos habilitados para elaborar projetos atendendo toda a demanda solicitada, considerando desde o projeto até a execução.

Os programas PRONAF e Mais Alimentos já são bem conhecidos dos agricultores. Por vezes, a EMATER orienta aquelas famílias que se encontram com dificuldade de investir, buscar os agentes financeiros, acessar estes recursos para realizar seus investimentos e obter melhores resultados. Quando se trata de uma atividade tradicional para a família e precisa ser melhorado representando mais viabilidade, o técnico sempre interage, discute e aponta o caminho. No entanto, a decisão sempre é tomada pela família do agricultor. Os meios de divulgação, como rádio, normalmente são empregados para divulgar normas e condições de acessar os diferentes créditos.

Sobre os limites e as potencialidades do programa Pronaf Mais Alimentos na região de Marau, a instituição destaca que um dos fatores limitantes é de assegurar a abrangência a todos que dele necessitam, pois ainda observa-se que muitos agricultores não dispõem de garantias reais, como por exemplo, bens em nome ou como oferecer garantias que muitas vezes significam 1,5 para 1, ou seja, se pegar R\$ 100 mil tem que dar em garantia R\$ 150 mil o que inviabiliza. Para aqueles que não têm garantias na forma que o banco exige, como por exemplo, que é bem comum, se não tiver um imóvel acima de 20 ha para dar em garantia sem moradias sobre, ele fica impedido de financiar o que acontece muitas vezes. Neste caso, o recurso não atende a todos de forma igualitária e prejudica os mais necessitados. Outra dificuldade ou limitante é que a divulgação estratégica de alguns acaba por provocar o endividamento agrícola.

Em relação às potencialidades do Programa Mais Alimentos, ressalta que apresenta juros reduzidos e subsidiados, bem oportunos para garantir investimentos de médio e longo prazo que visam estruturar atividades tradicionais ou novas consolidadas na região. Pode ser a atividade leiteira, fruticultura, olericultura e outras na produção de alimentos propriamente ditas. É uma forma de permitir que sejam feitas as melhorias que resultem em boas condições de produzir, como: recuperação de solos, ordenhadeiras, resfriadores, instalações, ou a implantação de agroindústrias diversas. Enfim, oportunidades para diversificar e estruturar atividades, com geração de renda e assegurando trabalho à família, com condições justas de devolução. Relembrando, quando estas oportunidades devem ser itens que envolvam melhorias de qualidade do produto final ou aumento de produção a opção em aderir ao Pronaf Mais Alimentos é uma alternativa viável.

Após receber o crédito, de certa forma a instituição monitora as atividades para as quais são destinados os recursos. Alguns projetos são acompanhados na sua execução como, por exemplo, construções que é dado orientação. Outros projetos fazem-se necessários, laudos de comprovação de aplicação de crédito e em algumas modalidades cabe apenas ao produtor

esta responsabilidade de comprovar o uso do crédito que normalmente é feita com a apresentação de notas fiscais ao agente financeiro.

O que precisa ser melhorado nas condições de acesso ao crédito para os agricultores familiares é torná-lo de fato acessível a todos de forma mais justa reduzindo as garantias reais desde que o projeto seja bem fundamentado e tenha cunho de aumentar a produção.

Quanto à importância do Pronaf Mais Alimentos para a economia do município, observa-se que o recurso deste programa, na concepção que foi recebido e oferecido, pode não ter dado os resultados esperados para o desenvolvimento local, uma vez que, inicialmente provocou uma corrida para aquisição de máquinas e beneficiou apenas as indústrias e revendas, e isso permitiu a renovação de frota. Por outro lado, aumentou a ociosidade destes a um custo benefício que levarão anos de suor dos agricultores para quitar os compromissos assumidos com certos riscos ainda não aflorados, conhecidos e que são cíclicos na agricultura como, por exemplo: frustração de safra (dada por fatores climatológicos ou de doenças, pragas de difícil controle, etc.) ou queda de preços das *commodities*. Portanto, na análise do técnico, se comparados os dados efetivos de investimentos descontados os destinados a tratores, este programa foi pouco usado na geração de trabalho e movimento da economia local do município. Isso não se deve a falta de orientação para o crédito, pelo menos por parte da Extensão Rural oficial, e sim, por conta de que na maioria das vezes ocorre a satisfação de um desejo: ter um trator novo em casa. Ressalta que parece estar findando o tempo de só máquina. Atualmente bons projetos voltados para a adequação e estruturação das atividades são bem superiores aos de tratores.

Percebe-se que o Pronaf Mais Alimentos atende à demanda e às expectativas dos agricultores da região, embora, como já mencionado, não atenda a todos devido às exigibilidades bancárias do SCR (Sistema de Crédito Rural) para os beneficiários com menores garantias para acessarem o crédito.

Alguns agricultores realizaram inovações na UPA com o acesso ao crédito, tendo em visto a possibilidade de inovar, investir em atividades alternativas, especialmente nas tradicionais da região, garantindo entradas de receitas ao longo do ano com mais segurança para cumprir seus compromissos posteriormente.

Os pontos relevantes que podem ser destacados em relação ao Crédito Rural e apontados pela EMATER, é que este se apresenta como uma ferramenta para acelerar o processo de melhorias tecnológicas e ou de bens de produção, aumentando a renda, as condições de trabalho dignas, quando bem aplicado e em atividades que garantam certa liquidez. O que não é muito certo na atividade agrícola (segurança e liquidez). Pode-se citar

um exemplo, e que às vezes foge até o domínio do agricultor: ser criador da empresa. A de integração “mesmo investimento” recebe bons preços, em 15 dias, pelo trabalho e outro criador demora (empresa B) demora até 120 dias para receber e com preços baixos. Assim fica difícil cumprir os compromissos. Muitos casos geram endividamento, sem culpa do produtor, e o banco não responsabiliza as empresas, apenas executa os produtores.

Os encargos extras (seguros de máquinas e ou pessoais, taxas diversas, produtos bancários, cota capital, taxas de projetos, conta/ cheque especial e outros) estão atrelados ao crédito e fazem muitas vezes que ele seja um fator de risco ao produtor. Poucos fazem a conta de quanto está custando o dinheiro que em tese deveria ser repassado a um custo de 2% ao ano, no caso do Pronaf Mais Alimentos. Atinge em alguns casos acima dos 10% ao ano, se tornando um fator de risco.

As informações da EMATER confirmam as informações dos agricultores pesquisados. Cabe ao agricultor a decisão de investir na propriedade e modernizar com responsabilidade, sem provocar o endividamento.

O Pronaf concentra a maior parte de contratos e recursos na Região Sudeste, Região Sul e Nordeste. Por isso, o Governo Federal busca melhorar o programa para atender as necessidades, principalmente dos agricultores que ainda não acessam o crédito. Esses agricultores, que ainda não estão incluídos ou não se enquadram, são os que mais necessitam devido a sua vulnerabilidade social. Atender esses agricultores representa diminuir a miséria e a fome de muitas famílias brasileiras.

Percebe-se que as políticas públicas para o setor agropecuário são fundamentais para diversificar a produção da propriedade. No município de Marau, o programa Pronaf Mais Alimentos contribui para o fortalecimento da agricultura familiar, estimulando o agricultor a permanecer no meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, investigou-se o Programa Pronaf Mais Alimentos no município de Marau, no Estado do Rio Grande do Sul e buscou-se compreender quais as demandas e expectativas dos agricultores familiares em relação a essa linha de crédito rural.

No decorrer desta pesquisa, observou-se a necessidade de buscar novas fontes de informações, como as empresas vendedoras de máquinas e equipamentos agrícolas, agropecuárias e outros setores ligados ao meio rural. No entanto, não foi realizada a pesquisa pelo motivo de demandar mais tempo para a coleta e análise dos dados. Desta forma, observa-se que o tema abordado foi limitado a informações do BACEN, EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e agricultores. Em relação à literatura sobre o tema, observou-se que a temática é atual, por isso poucos estudos foram desenvolvidos. Desta forma, espera-se que este trabalho contribua para que no futuro desenvolvam-se novos trabalhos sobre o tema Demanda e Expectativas do Programa Pronaf Mais Alimentos no município de Marau-RS.

As principais demandas dos agricultores familiares entrevistados são os de reestruturação e modernização da propriedade através de investimentos em modernização, aquisição de máquinas e de novos equipamentos para as atividades agropecuárias, resfriadores de leite, melhoria genética. Essa demanda atende aos agricultores, como foi exposto nas entrevistas, e os próprios dados divulgados pela EMATER e BACEN confirmam o que investigamos a campo pelo número de contratos e montantes dos anos seguintes a implantação do Pronaf Mais Alimentos.

Esta linha de financiamento contempla também projetos associados à avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, suinocultura e os agricultores de Marau acessaram essa linha para melhorar sua atividade. Na região, a cadeia produtiva dessas atividades gera emprego e renda principalmente no meio urbano. No meio rural, representa a possibilidade de diversificar as atividades através da integração às indústrias. A agricultura familiar, constituída por pequenos e médios produtores, representa a maioria dos produtores rurais na região. Esses agricultores diversificam a produção para aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de demanda na economia das cidades.

Através dos dados apontados pelo BACEN constatou-se neste estudo que os recursos do PRONAF no município de Marau são destinados aos agricultores familiares que buscam os financiamentos para custeio de lavoura e da pecuária e os recursos destinados a investimento. Observou-se que os custeios agrícolas e pecuários são as linhas mais acessadas.

O acesso para as atividades agrícolas e pecuárias pode ser explicado pelo fato do município possuir a base econômica nas atividades agropecuárias, destacando-se a produção de grãos como soja, milho e trigo. Destaca-se ainda a bovinocultura leiteira, a avicultura e suinocultura no sistema de integração.

Os agricultores entrevistados apontaram que o Pronaf Mais Alimentos apresenta algumas limitações, como taxas de juros, embora se apresentando baixas, as taxas cobradas pelo banco aumentam a dívida do agricultor, burocracia excessiva, demora para registrar os contratos, para análise do solo, às vezes falta de esclarecimentos e, dependendo do investimento, recursos disponibilizados insuficiente para cada agricultor.

Cabe ressaltar que as linhas do Pronaf são diversificadas e que os agricultores acessam conforme o interesse e o enquadramento do MCR. Além do crédito rural, destaca-se a importância de outras políticas públicas para o setor agropecuário, como o PGPM (Programa de Garantia de Preços Mínimos), as AGFs (Aquisições do Governo Federal) e o seguro agrícola. Essas políticas dão mais segurança ao agricultor acessar ao crédito rural

Em relação às expectativas, observou-se que estes buscam o empoderamento, ou seja, buscam novos conhecimentos técnicos, procuram conhecer os mercados agrícolas, trocam experiências. Essa interação foi bem perceptível no contato com os agricultores. Sempre que surgem dúvidas, eles procuram orientação técnica. Essa orientação é feita pela EMATER que possui técnicos que elaboram os projetos e após a execução dão assistência técnica e fazem o acompanhamento às famílias. Durante o contato com os agricultores, observou-se que os mesmos recebem visitas de técnicos ligados a agropecuárias que mantêm relações comerciais e de empresas integradoras.

Observa-se que o desenvolvimento rural implica não apenas em modernização, aumento de área de cultivo e aumento de produtividade. É importante ressaltar que o desenvolvimento rural está associado à sustentabilidade da Unidade de Produção Agrícola, seja ele no aspecto econômico, ambiental e social. Por isso, necessita-se preservar os recursos naturais e garantir a qualidade de vida das famílias.

Pode-se constatar que no município existem 32% de pequenas propriedades rurais, segundo a EMATER (2011), que produzem para o mercado interno e externo, competindo em qualidade e quantidade, encontrando dificuldades para se manterem. Descapitalizados, vêm no Pronaf Mais Alimentos uma possibilidade de se fortalecer ou simplesmente se manter no meio rural, exercendo as mesmas atividades agrícolas. Esta foi a principal expectativa apontada e observada no contato com os agricultores familiares.

Verifica-se que na região de Marau, o Pronaf Mais Alimentos é voltado para atender um mercado global. Em relação ao PRONAF, verifica-se que ainda existem agricultores que necessitam de investimentos do Governo Federal, visando atender um mercado local. Essa é uma das limitações verificadas ao longo desta pesquisa. Existem iniciativas apontadas pela EMATER, que é o turismo rural, a inserção dos agricultores através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Sabe-se que a incorporação de alimentos localmente produzidos e fornecidos diretamente pela Agricultura Familiar aos cardápios das escolas, ajuda a fortalecer as relações da escola com as comunidades locais. Além disso, contribui para uma ação pedagógica voltada à educação alimentar e desenvolvimento local.

O município de Marau possui uma agricultura considerada de alta mecanização e tecnologias modernas. Por isso, ocorrem demandas por agricultores familiares mais especializados e treinados. O Pronaf Mais Alimentos propicia uma alternativa de modernização e à EMATER e aos outros técnicos cabe elaboração de projetos e capacitação desses agricultores.

A agricultura familiar tem uma importante participação na economia local. Os dados do IBGE apontam que a cada ano diminui as pessoas e as famílias no meio rural. Deste modo ocorre uma concentração de terras para o agricultor mais forte. Esse agricultor amplia as áreas de cultivo, principalmente da soja, milho e culturas de inverno. Esse pode ser um fator pela demanda por tratores agrícolas no município. Além disso, observou-se o crescimento significativo de contratos e montantes nos últimos anos no município relacionado a custeio e investimentos com outras linhas de crédito.

O Programa Pronaf Mais Alimentos influencia na renda dos agricultores familiares na medida em que lhe fornece recursos financeiros mais acessíveis e viáveis do que os recursos informais para investir na propriedade. Essa é a realidade. Tem que competir tecnologicamente, em quantidade e qualidade com o vizinho mais forte para se manter.

As principais organizações que viabilizam o acesso ao Programa Mais Alimentos pelos agricultores familiares são o STTR, EMATER e agentes financeiros como o Banco do Brasil e Banrisul. Estas instituições fazem o enquadramento do agricultor no programa, orienta sobre as finalidades do crédito rural, como pode ser utilizado, os prazos de pagamentos dos financiamentos.

Devido às constantes e rápidas mudanças que ocorrem no setor agropecuário, a EMATER e o STTR, juntamente com órgãos municipais, procuram discutir com os agricultores familiares sobre essas mudanças. Podemos destacar às exigências legais e técnicas em relação ao meio ambiente, a exigência do agronegócio e de mercado que exige

mais qualidade e competitividade. Em relação às políticas públicas, procuram informar, discutir os pontos positivos e negativos entre outros.

Ao longo desta pesquisa, observou-se que políticas públicas como o crédito rural são fundamentais para a inserção e manutenção dos agricultores familiares no processo produtivo. Isso pode ser constatado no município de Marau. Na Região Sul, onde a agricultura familiar é responsável pelo crescimento do agronegócio e do PIB Municipal, essas políticas são fundamentais para a geração de renda e emprego para os diferentes setores da economia.

Apesar dos avanços do PRONAF, observa-se que ainda encontra entraves, ou seja, o acesso está concentrado em regiões. Por isso a necessidade de ampliar o crédito para as pessoas que de fato precisam garantir a auto-suficiência da família. O Pronaf, em especial o Pronaf Mais Alimentos, visa produzir mais alimentos para a comercialização. No entanto, milhões de pessoas não têm acesso a esses alimentos. Aí está a relevância de políticas públicas como o Programa Fome Zero do Governo Federal.

No contexto atual, o PRONAF está buscando uma agricultura familiar não só de subsistência, e sim na busca de novas oportunidades de trabalho e renda para a família, para manter um padrão de vida melhor, e diminuir com isso um pouco as desigualdades referentes à qualidade de vida dos agricultores, e conseqüentemente o êxodo rural, que se faz presente na região em estudo.

Atualmente, o acesso ao crédito é fundamental para o desenvolvimento rural. No entanto, esse crédito pode apresentar-se incoerente ou insuficiente na medida em que o meio rural necessita de outras políticas públicas para garantir os direitos fundamentais do indivíduo do campo. Refiro-me ao acesso à saúde, educação, lazer, valorização dos aspectos sociais e culturais. Só assim é possível construir um desenvolvimento rural com sustentabilidade em todas as esferas, condizente com o espaço e interagindo do local para um espaço mais amplo. É isso, pensar o espaço familiar interagindo com o local (município), ampliando para mercados mais amplos.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO *Estatístico do Crédito Rural*. Brasília, BACEN, 2010. Disponível em [http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2010/rel521\[1\].pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2010/rel521[1].pdf)>. Acesso em abril de 2011.

_____. Brasília, BACEN, 2009. Disponível em [http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2009/rel522\[1\].pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2009/rel522[1].pdf). Acesso em abril de 2011.

_____. Brasília, BACEN, 2011. Disponível em [http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2011/rel521\[1\].pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2011/rel521[1].pdf). Acesso em abril de 2011.

_____. Brasília, BACEN, 2011. Disponível em [http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2011/rel522\[1\].pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2011/rel522[1].pdf). Acesso em abril de 2011.

_____. Brasília, BACEN, 2011. Disponível em [http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2011/rel523\[1\].pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2011/rel523[1].pdf). Acesso em abril de 2011.

_____. Brasília, BACEN, 2011. Disponível em [http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2011/rel524\[1\].pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2011/rel524[1].pdf). Acesso em abril de 2011.

_____. Manual Operacional do Crédito Rural. Brasília, 2010. Disponível em http://bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/rural.asp#10. Acesso em novembro de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico de 2010*. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 14 mar. 2011.

_____. IBGE. *Censo agropecuário de 2006*. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 14 mar. 2011.

_____. IBGE. Censo Agropecuário de 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuário.pdf>. Acesso em 24 de julho de 2011.

_____. IBGE. Censo Agropecuário de 1996. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm. Acesso em 24 de julho de 2011.

_____. IBGE. Produção Agrícola Municipal de 2007. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/towwindow?1>. Acesso em: 25 de junho de 2011.

_____. IBGE. Produção da Pecuária Municipal de 2009. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/towwindow?1>. Acesso em julho de 2011.

BALESTRIN, J. *A relevância do Pronaf na agricultura familiar: perspectiva e importância do programa desde sua Criação*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=0075071&loc=2010&l=50806e8e108ba3ca>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

BACEN – Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico do Crédito Rural 2007. Brasília: BACEN, 2007.

BANCO DE DADOS. *Histórico do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marau*. Marau, 2011.

BERNARDI, F. *História de Marau: uma comunidade laboriosa*. Porto Alegre: Editora Pallotti, 1992.

BERTONCELLO, A.; ROSSI, A._M.; BADALOTTI, R._M. Juventude rural, movimentos sociais e subjetividades: compreendendo estas interfaces no processo de reprodução familiar. *Anais do II Seminário Nacional de Movimentos sociais, participação e democracia*. UFSC: Florianópolis, 2007.

BNDES. *Área de atuação agropecuária*. Disponível em: <http://bndes.gov.br/Site/BNDES/bndes/bndes/_pt/Areas_de_atuacao/agropecuaria/>. Acesso em: 03 maio 2011.

BRASIL. Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996. doc. propriedades. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/file?file_id=2596574&show_all_versions_p=f>. Acesso em: 05 maio 2011.

CARDOSO, J. L. Relações entre o crédito e as características da agropecuária nas unidades da federação. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 32, n 1, p. 59-74, mar./abr. 1994.

CAZELLA, A. A. Cooperativismo de Crédito Rural: lições de uma experiência. In: MONTROYA, M. A. (Org). *Aspectos regionais do crédito rural: governo, cooperativas e informalidade*. Passo Fundo: UPF, 2002 [2], p. 25-45.

_____; MATTEI, L.; SCHNEIDER, S. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (org). *Políticas públicas e participação social no meio rural*. Porto Alegre, 2004, p. 21-50. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>>. Acesso: 08 maio 2011.

COLLE, C. A. *Negociações multilaterais e políticas agrícolas dos Estados Unidos, União Européia e Brasil*. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2008. Série Realidade Rural; n. 51. Disponível no material de apoio Derad012. UFRGS, 2009.

DENARDI, R. A. (coord). *Tecendo a rede: políticas públicas e participação social*. Pronaf: Caderno de capacitação nº3. Brasília: MDA/SAF/RONAF, 2002

EMATER DE MARAU. Projetos elaborados de 2005-2011. Marau, 2011.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA-FEE. Dados estatísticos: Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib.php>. Acesso em: 12 mar. 2011.

_____. Indicadores Demográficos. Disponível em: <http://fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=marau>. Acesso em: 25 de junho 2011.

FAUTH, E. M. *O Plano –Safr 2009/2010 e os principais programas para a Agricultura Familiar*. Tópicos Setoriais. Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre, v.37,n.3,2010.Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=ONPYQuLCLG4%3D&tabid=3171>>. Acesso em: 03 maio 2011.

FLEURY, Lorena Cândido.Múltiplos olhares, uma questão: repensando a agricultura e o desenvolvimento. In: DAL SOGLIO, Fábio kessler; KUBO, Rumi Regina(org). *Abricultura e Sustentabilidade*. Porto Alegre: Ed.UFRGS,2009.

GEHLEN, I. *Políticas públicas e desenvolvimento social rural*. São Paulo em Perspectiva, 18(2): 95-103, 2004.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T (org). *Métodos de Pesquisa*: coordenado pela Universidade Aberta do Brasil-UAB/UFRGS e pelo curso de Graduação Tecnológica-Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

KAGEYAMA, Ângela. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro*.Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MACHADO, A. D.; HEGEDUS, P. de; SILVEIRA, L. B da. *Estilos de relacionamento entre extensionistas e produtores: desde uma concepção bancária até o “empowerment”*. Revista Ciência Rural, Santa Maria, v.36, n. 2, p. 641-7, mar-abr, 2006.

MATTAR, F. N. *Pesquisa de marketing 1: metodologia e planejamento*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Informativo de Economia Agrícola*. a. 2., v. 1. Brasília: MAPA, 2008a.

MERENDA ESCOLAR Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em:<<http://www.portaltransparencia.gov.br>>. Acesso em julho de 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA. Linhas de crédito: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2258856>>. Acesso em março de 2010.

_____. RS: *MDA leva Mais Alimentos para Expodireto Cotrijal 2011*. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=7167511>. Acesso em: 25 abr. 2011.

_____. *Mais Alimentos: Agricultor busca tecnologia para melhorar a colheita*. Disponível em<http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=71595677>. Acesso em: 25 abr. 2011.

_____. *Secretaria da Agricultura Familiar-SAF. Plano Safra 2008/2009*. Brasília, MDA/SAF, 2008. Disponível em <<http://www.pronaf.gov.br>>. Acesso em: 21 mar. 2011.

_____. *Secretaria da Agricultura Familiar-SAF*. Plano Safra 2010/2011. Brasília, MDA/SAF. 2010. Disponível em <http://mda.gov.br/portal/arquivos/view/diversos/plano_safra_net.pdf>. Acesso em: 11 maio 2011.

MONTOYA, M. A. *Aspectos regionais do crédito rural: governo, cooperativas e informalidade*. Passo Fundo: UPF, 2002.

NAVARRO, Z. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. Estudos Avançados, São Paulo, USP, v. 15, n.43, set./dez.2001.

PÉRSICO, J. A.; RESENDE, R. B. de. (org). *Cartilha de Acesso ao Crédito para a Agricultura Familiar 2010/2011*. SEBRAE/SAF/MDA. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bbd/BDS.nsf/F8D5FAB47899383225771c0068DA07/\\$File/NT00044052.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bbd/BDS.nsf/F8D5FAB47899383225771c0068DA07/$File/NT00044052.pdf). Acesso em: 22 mar. 2011.

PORTO, S. *Acesso a Mercados: desafios e oportunidades* (editorial). *Agriculturas* 5(2): 4-6. 2008.

SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. *Desenvolvimento rural territorial e capital social*. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. (orgs). *Planejamento do desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. UFPB/CIRAD/EMBRAPA p. 113-128-Brasília, 2002.

SANTOS, A. C. *As contradições da economia de mercado: um olhar sobre a renda da agricultura agroecológica*. *Agriculturas*, v.2, n.3, outubro de 2005.

TALAMINI, E.; MONTOYA, M. A. *O crédito agrícola na região da produção: informalidade versus formalidade*. In: MONTOYA, M. A. (Org). *Aspectos regionais do crédito rural: governo, cooperativas e informalidade*. Passo Fundo: UPF, 2002, [3],p.47-84.

TRICHES, Rosane Márcia. SCHNEIDER, Sergio. *Reconstituindo O “Elo Perdido”*: A Reconexão da Produção E Do Consumo De Alimentos Através Do Programa Da Alimentação Escolar De Dois Irmãos (RS). *Segurança Alimentar E Nutricional*, Campinas, 17(1): 1-15, 2010.

WAQUIL, P. D.; MIELE, M.;SCHULTZ, G. *Mercados e comercialização de produtos agrícolas*. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil-UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: editora da UFRGS,2010.

VANNINI, I. A. *O sexo, o vinho e o diabo*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2004.

APÊNDICE A

Entrevista semi-estruturada com agricultores familiares que aderiram ao PRONAF Mais Alimentos

NOME:-----LOCAL-----

- 1- Como você ficou sabendo do Programa Pronaf Mais Alimentos?
- 2- Conhece as normas e regras para acessar ao crédito?
- 3- Que motivos levaram você a acessar o programa?
- 4- Como foi decidido o uso dos recursos?
- 5- Que tipo de atividades eram realizadas na UPA antes do acesso ao crédito?
- 6- E agora, quais e por quê?
- 7- O programa Pronaf Mais Alimentos tem gerado renda? De que maneira?
- 8- Foi encontrada alguma dificuldade em acessar o crédito? Como foi sanada a dificuldade?
- 9- Para que você destinou o recurso do crédito?
- 10- Teve apoio técnico (EMATER), organização (Sindicato) e que instituição disponibilizou os recursos?
- 11- Qual deste apoio considera mais importante e por quê?
- 12- Você acha que poderá pagar o empréstimo facilmente? Por quê?
- 13- Onde pretende investir os lucros que obteve com o acesso ao crédito?
- 14- Onde adquiriu os produtos com o crédito?
- 15- Onde comercializa os produtos da UPA?
- 16- O Programa Pronaf Mais Alimentos atende a demanda e as expectativas da família?
- 17- Que mudanças você considera importante no Pronaf?
- 18- Outras considerações que gostaria de destacar?
- 19- Você utiliza com frequência os recursos do Pronaf Mais Alimentos? São suficientes?
- 20- Em que instituição bancária você acessou ao crédito e como foi o atendimento?

APÊNDICE B

Roteiro com entrevistas com responsáveis pela EMATER

RESPONSÁVEL: -----

- 1- Desde quando a instituição apóia projetos relacionados ao PRONAF, mais especificamente ao PRONAF Mais Alimentos?
- 2- Como a instituição atua junto aos agricultores familiares?
- 3- Que tipos de projetos são elaborados e quais os critérios adotados?
- 4- Tem pessoal capacitado para atender as demandas e quais são os maiores problemas enfrentados pela instituição?
- 5- A instituição promove espaços para divulgar o PRONAF e as experiências de trabalho?
- 6- Quais são os limites e as potencialidades deste programa Pronaf Mais Alimentos na região?
- 7- Após receber o crédito, a instituição monitora as atividades para as quais são destinados os recursos?
- 8- O que você acha que pode ser melhorado nas condições de acesso ao crédito para os agricultores familiares?
- 9- Qual a importância do Pronaf para a economia do município?
- 10- Você acha que o Pronaf Mais Alimentos atende a demanda e as expectativas dos agricultores da região e por quê?
- 11- Você acha que os agricultores realizaram inovações na UPA com o acesso ao crédito?
- 12- Gostaria de abordar pontos relevantes que não foram questionados? Quais e por quê?

APÊNDICE C

Entrevista com responsáveis pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marau RS

RESPONSÁVEL:-----

- 1- Desde quando os agricultores começaram acessar ao crédito Pronaf Mais Alimentos?
- 2- Os recursos são solicitados para que atividades?
- 3- O Sindicato oferece estímulos para os agricultores acessarem ao crédito?
- 4- Existe divulgação da disponibilidade do crédito?
- 5- Quais são as vantagens e desvantagens do crédito?
- 6- Como a instituição atua junto aos agricultores familiares?
- 7- Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos agricultores para acessar ao crédito Pronaf Mais Alimentos?
- 8 – Que impactos o Pronaf provoca na economia local e por quê?
- 9- Que critérios são estabelecidos para o acesso ao crédito?
- 10- Que outras considerações você destacaria?

APÊNDICE D

Entrevista com funcionários dos bancos (BRASIL, BANRISUL)

RESPONSÁVEL:-----

- 1- Quais são os critérios que o banco estabelece para os agricultores terem acesso ao crédito?
- 2- Esses critérios são diferentes para o acesso individual ou coletivo?
- 3- Que tipo de atividades os recursos são destinados?
- 4- Os recursos destinados são suficientes para gerar renda na propriedade?
- 5- O agricultor tem dificuldades em pagar empréstimos?
- 6- A instituição oferece orientação para o destino de recursos
- 7- O banco supervisiona as atividades para as quais são destinados os recursos?
- 8- O crédito Pronaf Mais alimentos influencia a economia local?
- 9- O acesso ao crédito atende à demanda e às expectativas dos agricultores do município de Marau?
- 10- Que aspectos poderiam melhorar para atender melhor os agricultores da região?
- 11- Outros pontos que podem ser destacados?